

## Energisa Minas Gerais - Distribuidora de Energia S/A | Resultados do 1º semestre de 2015

Cataguases, 14 de agosto de 2015 - A Administração da Energisa Minas Gerais - Distribuidora de Energia S/A ("Energisa Minas Gerais" ou "Companhia") apresenta os resultados do segundo trimestre (2T15) e dos primeiros seis meses de 2015 (6M15).

As informações financeiras e operacionais a seguir, exceto quando indicado o contrário, são apresentadas de acordo com os Padrões Internacionais de Demonstrações Financeiras (International Financial Reporting Standards - IFRS).

### 1 Perfil do negócio e destaques econômico-financeiros

A Energisa Minas Gerais é uma distribuidora de energia elétrica que atende a mais de 430 mil consumidores e uma população de aproximadamente 1,0 milhão de habitantes em 65 municípios do Estado de Minas Gerais e um no Estado do Rio de Janeiro.

Resume-se a seguir o desempenho econômico-financeiro da Companhia no primeiro semestre de 2015 e 2014:

| Descrição  | 6M15       | 6M14       | Variação % |
|--|------------|------------|------------|
| <b>Resultados - R\$ milhões</b>                            |            |            |            |
| Receita Operacional Bruta                                  | 459,3      | 334,7      | + 37,2     |
| Receita Operacional Bruta, sem receita de construção       | 430,8      | 316,6      | + 36,1     |
| Receita Operacional Líquida                                | 267,7      | 239,3      | + 11,9     |
| Receita Operacional Líquida, sem receita de construção     | 239,2      | 221,2      | + 8,1      |
| Resultado antes das Receitas e Despesas Financeiras (EBIT) | 28,6       | 37,9       | - 24,5     |
| EBITDA   | 38,8       | 47,5       | - 18,3     |
| EBITDA Ajustado  | 42,2       | 50,4       | - 16,3     |
| Resultado financeiro                                       | (11,5)     | (2,1)      | + 447,6    |
| Lucro Líquido  | 11,3       | 23,5       | - 51,9     |
| <b>Indicador Relativo</b>                                  |            |            |            |
| EBITDA Ajustado / Receita Líquida (%)                      | 15,8       | 21,1       | - 5,3 p.p  |
| <b>Indicadores Operacionais</b>                            |            |            |            |
| Número de Consumidores Cativos (mil)                       | 430,2      | 420,3      | + 2,4      |
| Vendas de energia a consumidores cativos (GWh)             | 619,2      | 602,6      | + 2,8      |
| Energia Elétrica Total Distribuída (GWh)                   | 831,0      | 778,6      | + 6,7      |
| Perdas de Energia (% últimos 12 meses)                     | 9,38       | 8,65       | + 0,73 p.p |
| Descrição  | 30/06/2015 | 31/12/2014 | Variação % |
| <b>Indicadores Financeiros - R\$ milhões</b>               |            |            |            |
| Ativo Total  | 683,0      | 586,8      | + 16,4     |
| Caixa / Equivalentes de Caixa / Aplicações Financeiras     | 27,9       | 21,0       | + 32,9     |
| Patrimônio Líquido   | 154,9      | 91,3       | + 69,7     |
| Endividamento Líquido                                      | 318,3      | 326,5      | - 2,5      |

Obs.: EBITDA Ajustado: EBITDA mais acréscimos moratórios de contas de energia.

## 2 Desempenho financeiro

### 2.1 Receita operacional bruta e líquida

Em 6M15, a Energisa Minas Gerais apresentou receita operacional bruta, sem a receita de construção que é atribuída margem zero, de R\$ 430,8 milhões, ante R\$ 316,6 milhões registrados em 6M14, aumento de 36,1% (R\$ 114,2 milhões). Já a receita operacional líquida, também deduzida da receita de construção, cresceu 8,1% (R\$ 18,0 milhões) no período, para R\$ 239,2 milhões. A composição da receita líquida é a seguinte:

| Receita por Classe de Consumo<br>( R\$ milhões)                | Trimestre    |              |               | Semestre     |              |               |
|--|--------------|--------------|---------------|--------------|--------------|---------------|
|  | 2T15         | 2T14         | Var. %        | 6M15         | 6M14         | Var. %        |
| (+) Receita de energia elétrica (mercado cativo)               | 209,4        | 147,0        | + 42,4        | 389,8        | 293,1        | + 33,0        |
| ✓ Residencial  | 87,8         | 57,8         | + 51,9        | 171,2        | 122,9        | + 39,3        |
| ✓ Industrial   | 25,2         | 16,3         | + 54,6        | 47,0         | 33,0         | + 42,4        |
| ✓ Comercial  | 46,8         | 35,8         | + 30,7        | 86,5         | 69,1         | + 25,2        |
| ✓ Rural  | 30,4         | 24,1         | + 26,1        | 50,8         | 42,3         | + 20,1        |
| ✓ Outras classes   | 19,2         | 13,0         | + 47,7        | 34,3         | 25,9         | + 32,4        |
| (+) Suprimento de energia elétrica                             | 1,0          | -            | -             | 1,8          | -            | -             |
| (+) Fornecimento não faturado líquido                          | (3,4)        | (0,5)        | + 580,0       | 1,6          | (1,2)        | -             |
| (+) Disponibilidade do sistema elétrico                        | 15,3         | 6,8          | + 125,0       | 25,9         | 14,2         | + 82,4        |
| (+) Receitas de construção                                     | 18,4         | 10,7         | + 72,0        | 28,5         | 18,1         | + 57,5        |
| (+) Outras receitas  | 12,9         | 5,5          | + 134,5       | 11,7         | 10,5         | + 11,4        |
| <b>(=) Subtotal 1 - Receita bruta</b>                          | <b>253,6</b> | <b>169,5</b> | <b>+ 49,6</b> | <b>459,3</b> | <b>334,7</b> | <b>+ 37,2</b> |
| (-) Impostos sobre vendas                                      | 64,4         | 42,7         | + 50,8        | 123,9        | 88,7         | + 39,7        |
| (-) Encargos setoriais   | 45,7         | 3,4          | + 1.244,1     | 67,7         | 6,7          | + 910,4       |
| <b>(=) Subtotal 2 - Receita líquida</b>                        | <b>143,5</b> | <b>123,3</b> | <b>+ 16,4</b> | <b>267,7</b> | <b>239,3</b> | <b>+ 11,9</b> |
| (-) Receitas de construção                                     | 18,4         | 10,7         | + 72,0        | 28,5         | 18,1         | + 57,5        |
| <b>(=) Total - Receita líquida, sem receitas de construção</b> | <b>125,1</b> | <b>112,6</b> | <b>+ 11,1</b> | <b>239,2</b> | <b>221,2</b> | <b>+ 8,1</b>  |

### 2.2 Ambiente regulatório - revisão tarifária

#### 2.2.1 Bandeiras tarifárias

A Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) aprovou o “Sistema de Bandeiras Tarifárias” nas contas de energia elétrica a partir de janeiro de 2015. O acionamento da bandeira é sinalizado mensalmente pela Aneel, de acordo com as informações prestadas pelo Operador Nacional do Sistema (ONS), com base na capacidade de geração de energia elétrica no país. A aplicação da bandeira é no primeiro dia do mês posterior à data de divulgação. As bandeiras são verde, amarela e vermelha e indicam se a energia custará mais ou menos, em função das condições de geração de energia elétrica do país e do acionamento das usinas térmicas. O sistema tem por objetivo aliviar o dispêndio de caixa das distribuidoras no curto prazo, conforme descrição seguinte:

Bandeira Verde: condições favoráveis de geração de energia. A tarifa de energia elétrica não sofre nenhum acréscimo; Bandeira Amarela: condições de geração menos favoráveis. A tarifa sofre acréscimo de R\$ 0,025 para cada quilowatt-hora consumido; e Bandeira Vermelha: condições mais onerosas de geração de energia. A tarifa sofre acréscimo de R\$ 0,055 para cada quilowatt-hora consumido.

#### 2.2.2 Revisão tarifária extraordinária

A Aneel (Agência Nacional de Energia Elétrica), em reunião realizada em 27/02/2015, deliberou por conceder revisão tarifária extraordinária (RTE) para a Energisa Minas Gerais, cujo efeito médio a ser percebido pelos consumidores foi de 26,9% a partir de 02/03/2015. Adicionalmente, foi concedido à Energisa Minas Gerais reajuste nas suas tarifas de energia elétrica, com efeito médio de 3,06% percebido pelos consumidores a partir de 18/06/2015.

A Energisa Minas Gerais recebeu o montante de R\$ 11,5 milhões provenientes dos recursos da conta ACR (Conta no Ambiente de Contratação Regulada) repassados pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE para cobertura da exposição involuntária no Mercado de Curto Prazo - MCP e despacho termoeletrico vinculado aos Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado na modalidade por disponibilidade -

CCEAR-D relativo aos meses de novembro e dezembro de 2014. Os valores foram registrados como redução dos custos de energia comprada e de encargos de serviço do sistema.

A Aneel também homologou em cumprimento ao disposto no Decreto nº 7.891/2013, recursos da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) a serem repassados a Energisa Minas Gerais pelas Centrais Elétricas Brasileiras S/A - Eletrobras referentes aos descontos incidentes sobre as tarifas aplicáveis aos usuários do serviço público de distribuição de energia elétrica no montante de R\$ 26,2 milhões. O valor foi registrado pela Companhia como receita de venda de energia.

## 2.3 Despesas operacionais

Em 6M15, as despesas operacionais totalizaram R\$ 239,1 milhões, aumento de 18,8% (R\$ 37,8 milhões) em relação aos 6M14. Desse total, o crescimento das despesas controláveis foi R\$ 0,8 milhão. Já as despesas não controláveis de compra de energia elétrica e transporte apresentaram evolução de R\$ 25,2 milhões no semestre, um incremento de 21,1%, decorrente da elevação dos custos da energia elétrica comprada em função da hidrologia desfavorável no país.

A composição das despesas operacionais pode ser assim demonstrada:

| Composição das despesas operacionais<br>(R\$ milhões)        | Trimestre    |              |                         | Semestre     |              |                         |
|--|--------------|--------------|-------------------------|--------------|--------------|-------------------------|
|  | 2T15         | 2T14         | Variação<br>R\$ milhões | 6M15         | 6M14         | Variação<br>R\$ milhões |
| 1 Despesas controláveis                                      | 25,8         | 27,1         | - 1,3                   | 50,0         | 49,2         | + 0,8                   |
| 1.1 Pessoal (inclui fundo de pensão)                         | 9,5          | 12,0         | - 2,5                   | 18,7         | 19,9         | - 1,2                   |
| 1.2 Material   | 1,4          | 1,2          | + 0,2                   | 2,6          | 2,4          | + 0,2                   |
| 1.3 Serviços de terceiros                                    | 14,9         | 13,9         | + 1,0                   | 28,7         | 26,9         | + 1,8                   |
| 2 Despesas não controláveis (compra de energia e transporte) | 76,1         | 58,7         | + 17,4                  | 144,7        | 119,5        | + 25,2                  |
| 3 Depreciação e amortização                                  | 5,1          | 4,9          | + 0,2                   | 10,1         | 9,6          | + 0,5                   |
| 4 Provisões contingências e devedores duvidosos              | 0,2          | 0,7          | - 0,5                   | (0,1)        | 1,1          | - 1,2                   |
| 5 Outras despesas/receitas                                   | 3,0          | 1,3          | + 1,7                   | 5,9          | 3,8          | + 2,1                   |
| <b>Subtotal</b>  | <b>110,2</b> | <b>92,7</b>  | <b>+ 17,5</b>           | <b>210,6</b> | <b>183,2</b> | <b>+ 27,4</b>           |
| 6 Custo de construção (*)                                    | 18,5         | 10,7         | + 7,8                   | 28,5         | 18,1         | + 10,4                  |
| <b>Total</b>   | <b>128,7</b> | <b>103,4</b> | <b>+ 25,3</b>           | <b>239,1</b> | <b>201,3</b> | <b>+ 37,8</b>           |

(\*) Os custos de construção estão representados pelo mesmo montante em receita de construção. Tais valores são de reconhecimento obrigatório pela ICPC 01 - Contratos de Concessão e correspondem aos custos de construção de obras de ativos da concessão de distribuição de energia elétrica, sendo o custo de construção igual à receita de construção.

## 2.4 Lucro líquido e geração de caixa

No primeiro semestre de 2015, a Energisa Minas Gerais registrou lucro líquido de R\$ 11,3 milhões, ante os R\$ 23,5 milhões registrados em igual período do ano passado. A geração operacional de caixa (EBITDA ajustado) atingiu R\$ 42,2 milhões em 6M15, contra os R\$ 50,4 milhões apurados em 6M14.

A evolução do lucro líquido e da geração de caixa da Companhia é a seguinte:

| Composição da Geração de Caixa<br>Valores em R\$ milhões | Trimestre   |             |               | Semestre    |             |               |
|--|-------------|-------------|---------------|-------------|-------------|---------------|
|  | 2T15        | 2T14        | Var. %        | 6M15        | 6M14        | Var. %        |
| <b>(=) Lucro Líquido</b>                                 | <b>7,7</b>  | <b>8,9</b>  | <b>- 13,5</b> | <b>11,3</b> | <b>23,5</b> | <b>- 51,9</b> |
| (-) Contribuição social e imposto de renda               | (3,9)       | (4,9)       | - 20,4        | (5,9)       | (12,3)      | - 52,0        |
| (-) Resultado financeiro                                 | (3,2)       | (6,2)       | - 48,4        | (11,5)      | (2,1)       | + 447,6       |
| (-) Depreciação e amortização                            | (5,1)       | (4,9)       | + 4,1         | (10,1)      | (9,6)       | + 5,2         |
| <b>(=) Geração de caixa (EBITDA)</b>                     | <b>19,9</b> | <b>24,9</b> | <b>- 20,1</b> | <b>38,8</b> | <b>47,5</b> | <b>- 18,3</b> |
| (+) Receita de acréscimos moratórios                     | 1,9         | 1,5         | + 26,7        | 3,4         | 2,9         | + 17,2        |
| <b>(=) Geração ajustada de caixa (EBITDA Ajustado)</b>   | <b>21,8</b> | <b>26,4</b> | <b>- 17,4</b> | <b>42,2</b> | <b>50,4</b> | <b>- 16,3</b> |
| Margem do EBITDA Ajustado (%)                            | 15,5        | 21,4        | - 5,9 p.p.    | 15,8        | 21,1        | - 5,3 p.p.    |

## 2.5 Disponibilidades financeiras e endividamento

Em 30 de junho de 2015, o saldo consolidado de caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras da Energisa Minas Gerais apresentou aumento de R\$ 6,9 milhões em relação ao valor registrado em 31 de dezembro de 2014, totalizando R\$ 27,9 milhões.

A dívida líquida da Energisa Minas Gerais, que incluem empréstimos, financiamentos, arrendamentos, encargos financeiros, parcelamento de impostos e fundo de pensão, passou de R\$ 326,5 milhões em 31 de dezembro de 2014 para R\$ 318,3 milhões em 30 de junho de 2015, uma redução de 2,5%.

A seguir, as dívidas de curto e longo prazo da Energisa Minas Gerais em 30 de junho de 2015 e em 31 de dezembro de 2014:

| Descrição<br>Valores em R\$ milhões         | 30/06/2015   | 31/12/2014   |
|---|--------------|--------------|
| <b>Curto Prazo</b>                          | <b>186,8</b> | <b>247,7</b> |
| Empréstimos e financiamentos                | 182,4        | 243,3        |
| Encargos de dívidas                         | 4,1          | 3,6          |
| Parcelamento de impostos e déficit atuarial | 0,3          | 0,8          |
| <b>Longo Prazo</b>                          | <b>159,4</b> | <b>99,8</b>  |
| Empréstimos e financiamentos                | 157,6        | 98,2         |
| Parcelamento de impostos e déficit atuarial | 1,8          | 1,6          |
| <b>Total das dívidas</b>                    | <b>346,2</b> | <b>347,5</b> |
| (-) Disponibilidades financeiras            | 27,9         | 21,0         |
| <b>Total das dívidas líquidas</b>           | <b>318,3</b> | <b>326,5</b> |

## 3 Mercado de energia

No primeiro semestre de 2015 (6M15), as vendas de energia elétrica a consumidores finais (mercado cativo), localizados na área de concessão da Energisa Minas Gerais, somadas à energia associada aos consumidores livres (TUSD), totalizaram 792,9 GWh (378,4 GWh no 2T15), incremento de 1,5% (redução de 1,4% no 2T15) em relação a igual período do ano anterior. A energia total distribuída em 6M15 foi de 831,0 GWh, ante os 778,6 GWh registrados em igual período do ano passado, conforme composição seguinte:

### Energia Total Distribuída por Classe de Consumo (Em GWh)

| Descrição  | Trimestre    |              |              | Semestre     |              |              |
|--|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|
|  | 2T15         | 2T14         | Var. %       | 6M15         | 6M14         | Var. %       |
| <b>1 Vendas de energia no mercado cativo</b>       | <b>291,7</b> | <b>291,9</b> | <b>- 0,1</b> | <b>619,2</b> | <b>602,6</b> | <b>+ 2,8</b> |
| ✓ Residencial                                      | 114,9        | 115,5        | - 0,5        | 250,5        | 242,0        | + 3,5        |
| ✓ Industrial                                       | 41,7         | 41,8         | - 0,2        | 86,4         | 83,7         | + 3,2        |
| ✓ Comercial  | 56,2         | 56,7         | - 0,9        | 123,2        | 120,5        | + 2,2        |
| ✓ Rural  | 41,6         | 40,3         | + 3,2        | 83,2         | 80,8         | + 3,0        |
| ✓ Outras Classes                                   | 37,3         | 37,6         | - 0,8        | 75,9         | 75,5         | + 0,5        |
| 2 Energia associada aos consumidores livres (TUSD) | 86,7         | 91,7         | - 5,3        | 173,7        | 178,7        | - 2,8        |
| <b>3 Mercado cativo + TUSD (1+2)</b>               | <b>378,4</b> | <b>383,6</b> | <b>- 1,4</b> | <b>792,9</b> | <b>781,4</b> | <b>+ 1,5</b> |
| 4 Suprimento de energia e não faturado             | 25,4         | (0,9)        | -            | 38,1         | (2,7)        | -            |
| <b>5 Energia Total Distribuída (3+4)</b>           | <b>403,8</b> | <b>382,7</b> | <b>+ 5,5</b> | <b>831,0</b> | <b>778,6</b> | <b>+ 6,7</b> |

**Número de consumidores:** a Energisa Minas Gerais encerrou o primeiro semestre de 2015 com 430.242 unidades consumidoras cativas, quantidade 2,4% superior à registrada no fim de junho de 2014. Já o número de consumidores livres totalizou 32 no fim de junho de 2015.

**Perdas de energia:** em junho de 2015, as perdas de energia da Energisa Minas Gerais se situaram em 9,38%, contra 8,65% nos últimos doze meses encerrados em junho de 2014.

#### 4 Investimentos

---

No primeiro semestre de 2015, os investimentos da Energisa Minas Gerais totalizaram R\$ 29,9 milhões, ante os R\$ 21,1 milhões investidos no 6M14.

#### 5 Serviços prestados pelo auditor independente

---

A remuneração total da Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes pelos serviços prestados para a Energisa Minas Gerais no primeiro semestre de 2015 foi de R\$ 190 mil pela revisão contábil das demonstrações financeiras.

A política de contratação adotada pela Companhia atende aos princípios que preservam a independência do auditor, de acordo com as normas vigentes, que determinam, principalmente, que o auditor não deve auditar seu próprio trabalho, nem exercer funções gerenciais para seu cliente ou promover os seus interesses.

A Administração.

## Demonstrações financeiras

### 1. Balanço Patrimonial Ativo

ENERGISA MINAS GERAIS - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A  
BALANÇO PATRIMONIAL  
EM 30 DE JUNHO DE 2015 E 31 DE DEZEMBRO DE 2014  
(Em milhares de reais)

|  | 30/06/2015     | 31/12/2014     |
|--|----------------|----------------|
| <b>Ativo</b>   |                |                |
| <b>Circulante</b>  |                |                |
| Caixa e equivalente de caixa                                   | 19.234         | 19.882         |
| Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados | 7.617          | 164            |
| Consumidores e concessionárias                                 | 95.306         | 70.594         |
| Títulos de créditos a receber                                  | 2.153          | 2.027          |
| Estoques   | 881            | 863            |
| Impostos a recuperar   | 25.432         | 19.428         |
| Instrumentos Financeiros Derivativos                           | 31.978         | 19.681         |
| Contas a receber da concessão                                  | 348.584        | 329.497        |
| Ativos regulatórios  | 51.281         | 32.543         |
| Outros créditos  | 49.203         | 51.784         |
| <b>Total do circulante</b>                                     | <b>631.669</b> | <b>546.463</b> |
| <b>Não circulante</b>  |                |                |
| <b>Realizável a longo prazo</b>                                |                |                |
| Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados | 1.039          | 954            |
| Consumidores e concessionárias                                 | 7.834          | 7.959          |
| Títulos de créditos a receber                                  | 1.295          | 542            |
| Impostos a recuperar   | 5.565          | 7.443          |
| Instrumentos Financeiros Derivativos                           | 9.698          | 1.875          |
| Créditos tributários   | 5.663          | 10.274         |
| Cauções e depósitos vinculados                                 | 3.289          | 1.785          |
| Outros   | 136            | 137            |
|  | <b>34.519</b>  | <b>30.969</b>  |
| Investimentos  | 1.631          | 1.658          |
| Imobilizado  | 6.628          | 6.502          |
| Intangíveis  | 8.504          | 1.218          |
| <b>Total do não circulante</b>                                 | <b>51.282</b>  | <b>40.347</b>  |
| <b>Total do ativo</b>  | <b>682.951</b> | <b>586.810</b> |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## 2. Balanço Patrimonial Passivo

ENERGISA MINAS GERAIS - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A  
BALANÇO PATRIMONIAL  
EM 30 DE JUNHO DE 2015 E 31 DE DEZEMBRO DE 2014  
(Em milhares de reais)

|   | 30/06/2015     | 31/12/2014     |
|---|----------------|----------------|
| <b>Passivo</b>                                      |                |                |
| <b>Circulante</b>                                   |                |                |
| Fornecedores  | 45.972         | 44.944         |
| Encargos de dívidas                                 | 4.129          | 3.564          |
| Empréstimos e financiamentos                        | 182.352        | 243.255        |
| Tributos e contribuições sociais                    | 34.925         | 20.683         |
| Parcelamento de impostos                            | -              | 529            |
| Dividendos  | -              | 18.758         |
| Encargos do consumidor a recolher                   | 11.036         | 610            |
| Benefícios a empregados - prêmio aposentadoria      | 301            | 301            |
| Obrigações estimadas                                | 4.582          | 2.973          |
| Obrigações intrassetoriais                          | 11.448         | 6.817          |
| Passivos regulatórios                               | 43.326         | 22.075         |
| Taxa de iluminação pública                          | 1.217          | 1.302          |
| Outras contas a pagar                               | 8.692          | 11.466         |
| <b>Total do circulante</b>                          | <b>347.980</b> | <b>377.277</b> |
| <b>Não circulante</b>                               |                |                |
| Fornecedores  | 744            | 744            |
| Empréstimos e financiamentos                        | 157.666        | 98.212         |
| Tributos e contribuições sociais                    | 10.197         | 9.620          |
| Provisão para riscos trabalhistas, cíveis e fiscais | 5.798          | 5.998          |
| Benefícios a empregados - prêmio aposentadoria      | 1.781          | 1.631          |
| Instrumentos Financeiros Derivativos                | 1.826          | -              |
| Outras contas a pagar                               | 2.049          | 2.075          |
| <b>Total do não circulante</b>                      | <b>180.061</b> | <b>118.280</b> |
| <b>Patrimônio líquido</b>                           |                |                |
| Capital social                                      | 44.171         | 44.171         |
| Reservas de capital                                 | 7.921          | 7.921          |
| Reservas de lucros                                  | 27.797         | 27.797         |
| Dividendos adicionais propostos                     | -              | 1.396          |
| Outros resultados abrangentes                       | 107            | 107            |
| Lucros acumulados                                   | 11.257         | -              |
| Recursos destinados a futuro aumento de capital     | 63.657         | 9.861          |
| <b>Total do patrimônio líquido</b>                  | <b>154.910</b> | <b>91.253</b>  |
| <b>Total do passivo e do patrimônio líquido</b>     | <b>682.951</b> | <b>586.810</b> |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## 3. Demonstrações de Resultados

ENERGISA MINAS GERAIS - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A  
 DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO  
 SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2015 E 2014  
 (Em milhares de reais)

|   | 6M15            | 6M14           |
|---|-----------------|----------------|
| <b>Receita operacional bruta</b>                            |                 |                |
| Fornecimento de energia elétrica                            | 391.371         | 291.883        |
| Suprimento de energia elétrica                              | 1.840           | 27             |
| Disponibilidade do Sistema Elétrico                         | 25.885          | 14.156         |
| Receita de construção                                       | 28.474          | 18.143         |
| Outras receitas   | 11.777          | 10.466         |
|   | <b>459.347</b>  | <b>334.675</b> |
| <b>Deduções à receita operacional</b>                       |                 |                |
| ICMS faturado   | 86.423          | 59.400         |
| PIS, Cofins e ISS   | 37.525          | 29.293         |
| Quotas para a reserva global de reversão                    | -               | -              |
| Outras (PEE, CDE, CCC e P&D)                                | 67.667          | 6.730          |
|   | <b>191.615</b>  | <b>95.423</b>  |
| <b>Receita operacional líquida</b>                          | <b>267.732</b>  | <b>239.252</b> |
| <b>Despesas (receitas) operacionais</b>                     |                 |                |
| Pessoal (inclui fundo de pensão)                            | 18.701          | 19.882         |
| Material  | 2.685           | 2.222          |
| Serviços de terceiros                                       | 28.671          | 27.099         |
| Energia elétrica comprada para revenda                      | 124.353         | 103.103        |
| Transporte de potência elétrica                             | 20.368          | 16.418         |
| Depreciação e amortização                                   | 10.128          | 9.551          |
| Provisão (reversão) para contingências /devedores duvidosos | (81)            | 1.057          |
| Receita de construção                                       | 28.473          | 18.143         |
| Outras despesas / receitas                                  | 5.799           | 3.852          |
|   | <b>239.097</b>  | <b>201.327</b> |
| <b>Resultado antes das receitas e despesas financeiras</b>  | <b>28.635</b>   | <b>37.925</b>  |
| <b>Receita (despesa) financeira</b>                         |                 |                |
| Receitas de aplicações financeiras                          | 1.001           | 1.373          |
| Variação monetária e acréscimo moratório de energia vendida | 3.441           | 2.868          |
| Atualização contas a receber da concessão (VNR)             | 9.742           | 5.396          |
| Outras receitas financeiras                                 | 7.125           | 1.460          |
| Encargos de dívidas - juros                                 | (12.853)        | (9.969)        |
| Encargos de dívidas - variação monetária e cambial          | (33.628)        | 10.564         |
| (-) Transferência para ordens em curso                      | 549             | 276            |
| Marcação a mercado de derivativos                           | 3.035           | 3.561          |
| Instrumentos financeiros de derivativos                     | 25.605          | (12.932)       |
| Ajuste valor presente de ativos                             | (2)             | 59             |
| Outras despesas financeiras                                 | (15.515)        | (4.781)        |
|   | <b>(11.500)</b> | <b>(2.125)</b> |
| <b>Resultado antes dos impostos</b>                         | <b>17.135</b>   | <b>35.800</b>  |
| Contribuição social e imposto de renda                      | (5.878)         | (12.316)       |
| <b>Lucro líquido do período</b>                             | <b>11.257</b>   | <b>23.484</b>  |
| Lucro líquido por ação do capital social - R\$              | 24,98           | 52,10          |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



## 4. Demonstrações dos Fluxos de Caixa

ENERGISA MINAS GERAIS - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A  
 DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA  
 SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2015 E 2014  
 (Em milhares de reais)

|  | 6M15            | 6M14            |
|--|-----------------|-----------------|
| <b>Caixa líquido atividades operacionais</b>                       | <b>40.375</b>   | <b>4.017</b>    |
| <b>Caixa gerado nas operações</b>                                  | <b>31.809</b>   | <b>48.094</b>   |
| Lucro antes do imposto de renda e contribuição social              | 17.135          | 35.800          |
| Despesas com juros, variações monetárias e cambiais - líquidas     | 32.666          | (7.563)         |
| Provisão para créditos de liquidação duvidosa                      | 464             | 835             |
| Provisões para riscos  | (545)           | 222             |
| Depreciação e amortização  | 10.128          | 9.551           |
| (Ganho) perda na alienação de bens do imobilizado. e do intangível | 601             | (122)           |
| Instrumentos financeiros derivativos                               | (25.605)        | 12.932          |
| Marcação a mercado de derivativos                                  | (3.035)         | (3.561)         |
| <b>Variações nos ativos e passivos</b>                             | <b>8.566</b>    | <b>(44.077)</b> |
| (Aumento) diminuição de consumidores e concessionárias             | (21.610)        | 1.533           |
| (Aumento) dos ativos regulatórios                                  | (11.853)        | -               |
| (Aumento) diminuição de títulos e créditos a receber               | (881)           | 85              |
| (Aumento) diminuição de estoques                                   | (18)            | 25              |
| (Aumento) de impostos a recuperar                                  | (4.126)         | (4.144)         |
| (Aumento) diminuição de cauções e depósitos vinculados             | (1.504)         | 281             |
| Diminuição (aumento) de outros créditos a receber                  | 2.617           | (35.412)        |
| Aumento (diminuição) de fornecedores                               | 4.114           | (5.897)         |
| (Diminuição) de folha de pagamento                                 | -               | (1.328)         |
| Aumento de tributos e contribuições sociais                        | 13.552          | 5.073           |
| Imposto de renda e contribuição social pagos                       | -               | (6.646)         |
| Aumento de obrigações estimadas                                    | 1.609           | 612             |
| Aumento de encargos do consumidor a recolher                       | 10.426          | 263             |
| Aumento de outras contas a pagar                                   | 1.896           | 1.478           |
| Aumento dos passivos regulatórios                                  | 14.344          | -               |
| <b>Caixa líquido atividades de investimento</b>                    | <b>(35.005)</b> | <b>5.951</b>    |
| Aplicações no investimento   | -               | 904             |
| Aplicações financeiras e recursos vinculados                       | (6.537)         | 20.314          |
| Aplicações no imobilizado e intangível                             | (29.146)        | (17.136)        |
| Alienação de bens do imobilizado e intangível                      | 678             | 1.869           |
| <b>Caixa líquido atividades de financiamento</b>                   | <b>(6.018)</b>  | <b>(12.805)</b> |
| Novos empréstimos e financiamentos obtidos                         | 122.922         | 6.700           |
| Pagamento de empréstimos, debêntures - principal                   | (162.110)       | (12.182)        |
| Pagamento de empréstimos, debêntures - juros                       | (10.289)        | (8.530)         |
| Pagamento de dividendos  | (5.758)         | -               |
| Liquidação de instrumentos financeiros derivativos                 | 10.346          | (2.020)         |
| Aumento de capital com subscrição de ações                         | -               | 3.931           |
| Parcelamento de impostos   | (529)           | (704)           |
| Adiantamento para futuro aumento de capital                        | 39.400          | -               |
| <b>Aumento (redução) de caixa e equivalentes</b>                   | <b>(648)</b>    | <b>(2.837)</b>  |
| Saldo inicial de caixa e equivalentes                              | 19.882          | 11.415          |
| Saldo final de caixa e equivalentes                                | 19.234          | 8.578           |
| <b>Variação líquida do caixa</b>                                   | <b>(648)</b>    | <b>(2.837)</b>  |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

## Notas Explicativas

### Energisa Minas Gerais - Distribuidora de Energia S/A Notas explicativas às informações trimestrais Período findo em 30 de junho de 2015 (Em milhares de reais, exceto quando indicado ao contrário).

#### 1 Contexto operacional

A Energisa Minas Gerais - Distribuidora de Energia S/A, ("Companhia ou Energisa MG") - empresa integrante do **GRUPO ENERGISA** - é uma concessionária distribuidora de energia elétrica, que atua em 65 municípios no Estado de Minas Gerais e 1 no Estado do Rio de Janeiro, atendendo a 430.275 consumidores (informação não revisada pelos auditores independentes). A Companhia possui sede na cidade de Cataguases, Estado de Minas Gerais e obteve registro de Companhia aberta na CVM em 26 de maio de 1907.

As obrigações da concessionária, previstas no contrato de concessão do serviço público de distribuição de energia elétrica são:

I - fornecer energia elétrica a consumidores localizados em sua área de concessão, nos níveis de qualidade e continuidade estabelecidos em legislação específica;

II - realizar as obras necessárias à prestação dos serviços concedidos, reposição de bens, e operar a infraestrutura de forma a assegurar a regularidade, continuidade, eficiência, segurança e modicidade das tarifas, em conformidade com as normas técnicas e legais específicas;

III - organizar e manter registro e inventário dos bens vinculados à concessão e zelar por sua integridade, sendo vedado à concessionária alienar ou conceder em garantia tais bens sem a prévia e expressa autorização do agente regulador;

IV - atender a todas as obrigações de natureza fiscal, trabalhista, previdenciária e regulatória, inclusive prestando contas aos consumidores;

V - implementar medidas que objetivem o combate ao desperdício de energia, por meio de programas de redução de consumo de energia e inovações; e

VI - submeter à prévia aprovação da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) alterações nas posições acionárias que impliquem em mudanças de controle. Na hipótese de transferência de ações representativas do controle acionário, o novo controlador deverá assinar termo de anuência e submissão às cláusulas do contrato de concessão e às normas legais e regulamentares da concessão.

A concessão poderá ser extinta pelo término do contrato, encampação do serviço, caducidade, rescisão, irregularidades ou falência da concessionária, podendo ser prorrogada, mediante requerimento da concessionária e a critério exclusivo do Poder Concedente.

As informações referentes à revisão e aos reajustes tarifários, ativos e passivos regulatórios, contas a receber da concessão, ativos vinculados a concessão, receita de construção e prazo de concessão estão apresentadas nas notas explicativas nº 10, 11, 15, 16, 22 e 28, respectivamente.

Renovação de concessões:

Em 07 de julho de 2015, venceu o Contrato de Concessão de Distribuição de Energia Elétrica da Companhia.

Em atendimento ao prazo disposto nos referido Contrato, a Companhia requereu, em junho de 2012, a prorrogação de sua Concessão. O pedido foi reiterado em outubro de 2012 nos termos do § 2º do artigo 2º do Decreto nº 7.805/2012.

Em 14 de janeiro de 2013, foi publicada a Lei nº 12.783, conversão da Medida Provisória nº 579/2012, que tratou, dentre outras, da renovação das concessões de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, vincendas entre 2015 e 2017, estabelecendo que as referidas concessões poderão ser prorrogadas pelo prazo de até 30 anos de forma a assegurar a continuidade, a eficiência da prestação de serviço e a modicidade tarifária.

Em 02 de junho de 2015, foi editado Decreto nº 8.461/2015, publicado no Diário Oficial em 03 de junho de 2015, regulamentando a prorrogação das concessões de distribuição de energia elétrica e decretando que o Ministério de Minas e Energia (“MME”) poderá prorrogar as concessões, por trinta anos, devendo ser atendidos os seguintes critérios:

- I - eficiência com relação à qualidade do serviço prestado;
- II - eficiência com relação à gestão econômico-financeira;
- III - racionalidade operacional e econômica; e
- IV - modicidade tarifária.

Ainda nos termos do Decreto nº 8.461/2015, a prorrogação das concessões de distribuição de energia elétrica dependerá da aceitação expressa pela concessionária das condições estabelecidas no contrato de concessão ou em seu termo aditivo.

Diante do exposto e em atendimento às normas acima citadas, em 10 de junho de 2015, a ANEEL abriu a Audiência Pública nº 038/2015, com objetivo de obter subsídios para o aprimoramento do modelo de termo aditivo ao contrato de concessão para a prorrogação das concessões de distribuição de energia elétrica, com período para envio de contribuição até 13 de julho de 2015.

Em 12 de junho de 2015, no âmbito do processo de monitoramento, dentro do qual foram solicitados esclarecimentos adicionais ao MME relativamente à renovação das concessões de distribuição de energia elétrica, o Tribunal de Contas da União (“TCU”) emitiu Despacho sobre Adoção de Medida Cautelar, dentre outras medidas processuais, decidindo por “determinar, cautelarmente, com fulcro no art. 276, do Regimento Interno do TCU, que o MME se abstenha exercer a competência prevista no art. 3º-A, inciso II, da Lei 9.427/1996, para celebrar, diretamente ou por meio de delegação, termos aditivos para a prorrogação dos contratos de distribuição vincendos, com base no Decreto 8.461/2015, até o julgamento do mérito deste processo”.

Cabe ressaltar que, no referido Despacho do TCU, restou indicada pelo Ministro Relator que a abstenção demandada do MME diz respeito unicamente à celebração dos termos aditivos, não restringindo a sua atuação nem de outros órgãos no atendimento às disposições do Decreto 8.461/2015, inexistindo óbice, por exemplo, ao prosseguimento da Audiência Pública nº 038/2015 ou à adoção de outras providências preliminares e preparatórias à formalização dos contratos.

O Ministro Relator do TCU assinalou a não incidência de *periculum in mora* reverso, uma vez que o art. 9º da Lei 12.783/2013 prevê a possibilidade de que a Companhia permaneça à frente do serviço por tempo necessário à realização da licitação ou mesmo de uma prorrogação por prazo menor que o máximo autorizado, como também disposto no Contrato de Concessão vencido.

A Administração da Companhia aguarda a posição final do Poder Concedente.

## 2 Apresentação das informações financeiras intermediárias (informações trimestrais)

As informações financeiras intermediárias (informações trimestrais) da Companhia, aprovadas em 14 de agosto de 2015 pelo Conselho de Administração, compreendem:

- As informações financeiras intermediárias elaboradas e apresentadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária e IAS 34 - *Interim Financial Reporting* e de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR.

As demais informações referentes às bases de elaboração, apresentação das informações financeiras intermediárias e resumo das principais práticas contábeis não sofreram alterações em relação àquelas divulgadas na Nota Explicativa nº 2 às Demonstrações Financeiras Anuais referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014 (doravante denominadas de “Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2014”), publicadas na imprensa oficial em 31 de março de 2015.

Dessa forma, estas informações financeiras intermediárias (informações trimestrais) devem ser lidas em conjunto com as referidas demonstrações financeiras.

### 3 Adoção dos padrões internacionais de contabilidade

#### Novos procedimentos contábeis emitidos pelo IASB- International Accounting Standards Board

As informações referentes aos novos procedimentos contábeis emitidos pelo IASB não trouxeram alterações significativas em relação àquelas divulgadas na nota explicativa 3.1 das Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2014.

### 4 Informações por segmento

Um segmento operacional é um componente que desenvolve atividades de negócio das quais pode obter receitas e incorrer em despesas, incluindo receitas e despesas relacionadas com transações com outros componentes da Companhia. Todos os resultados operacionais dos segmentos são revistos frequentemente pela Administração para decisões sobre os recursos a serem alocados ao segmento e para avaliação de seu desempenho, e para o qual informações financeiras individualizadas estão disponíveis.

Os resultados de segmentos que são reportados à Administração incluem itens diretamente atribuíveis ao segmento, bem como aqueles que podem ser alocados em bases razoáveis.

A Companhia atua somente no segmento de distribuição de energia elétrica, em 65 municípios no Estado de Minas Gerais e 1 no Estado do Rio de Janeiro.

### 5 Caixa e equivalente de caixa, aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados

#### a) Caixa e equivalente de caixa

##### a.1 Aplicações financeiras avaliadas ao valor justo por meio do resultado

| Instituição financeira                    | Tipo              | Vencimento (1) | Remuneração   | 30/06/2015    | 31/12/2014    |
|---|-------------------|----------------|---------------|---------------|---------------|
| Caixa Econômica Federal                   | CDB               | 31/01/2018     | 100,5% do CDI | -             | 7.313         |
| Caixa Econômica Federal - FID             | CDB               | 31/01/2018     | 100,5% do CDI | 248           | 799           |
| Caixa Econômica Federal                   | Debentures<br>(2) | 03/07/2019     | 101,5% do CDI | -             | 5.293         |
| Santander                                 | Debêntures<br>(2) | 21/03/2017     | 103,2% do CDI | 6.409         | 1.272         |
|   |                   |                |               | <b>6.657</b>  | <b>14.677</b> |
| Caixas e bancos                           |                   |                |               | 12.577        | 5.205         |
| <b>Total caixa e equivalente de caixa</b> |                   |                |               | <b>19.234</b> | <b>19.882</b> |

#### b) Aplicação no mercado aberto e recursos vinculados

##### b.1 Aplicações financeiras avaliadas ao valor justo por meio do resultado

| Instituição financeira  | Tipo                  | Vencimento | Remuneração    | 30/06/2015   | 31/12/2014 |
|-------------------------|-----------------------|------------|----------------|--------------|------------|
| BES                     | CDB                   | 01/10/2015 | 100,0% do CDI  | 25           | 24         |
| Bradesco                | CDB                   | 20/10/2015 | 90% do CDI     | 55           | 53         |
| Caixa FI Energisa (4)   | Fundo de investimento | -          | 108,10% do CDI | 7.448        | -          |
| Caixa Econômica Federal | Poupança              | -          | Poupança       | 20           | 6          |
| Bradesco                | Poupança              | -          | Poupança       | 6            | 20         |
| Itaú                    | Fundo de Investimento | -          | 65,64% do CDI  | 63           | 61         |
|                         |                       |            |                | <b>7.617</b> | <b>164</b> |

| b.2 Aplicações financeiras mantidas até o vencimento         |   |            |               |              |              |
|--|---|------------|---------------|--------------|--------------|
| Instituição financeira                                       | Tipo  | Vencimento | Remuneração   | 30/06/2015   | 31/12/2014   |
| Itaú   | Fundo de Investimento em Direitos Creditórios | 29/12/2020 | 100,0% do CDI | 1.039        | 954          |
|  |   |            |               | <b>1.039</b> | <b>954</b>   |
| Total aplicações no mercado aberto e recursos vinculados (3) |   |            |               | <b>8.656</b> | <b>1.118</b> |
| Circulante   |   |            |               | <b>7.617</b> | <b>164</b>   |
| Não circulante   |   |            |               | <b>1.039</b> | <b>954</b>   |

- (1) As datas apresentadas representam o vencimento do título que lastreia a aplicação financeira. Por cláusula contratual, essas aplicações financeiras são resgatáveis em até 90 dias da data de sua contratação pelas taxas contratadas.
- (2) Operações compromissadas em debêntures - São operações de venda de títulos com compromisso de recompra assumido pelo vendedor, concomitante ao compromisso de revenda assumido pelo comprador. Essas operações possuem liquidez imediata, são remuneradas pelo CDI e estão lastreadas em debêntures emitidas pelo Banco.
- (3) Inclui R\$1.208 (R\$1.118 em 31 de dezembro de 2014) referente recursos vinculados a empréstimos.
- (4) Fundos de investimentos exclusivos, inclui aplicações em CDB, Debêntures, DPGE, Fundos de Renda Fixa, LFT, LF, LTN, NTN-B e Fundos Multimercados.

## 6 Clientes

| Classes de consumidores                           | Vincendos (1) | Até 30 dias   | 31 a 90 dias | 91 a 180 dias | 181 a 360 dias | há mais de 360 dias | 30/06/2015     | 31/12/2014    |
|---|---------------|---------------|--------------|---------------|----------------|---------------------|----------------|---------------|
| Residencial                                       | 15.341        | 7.918         | 1.145        | 356           | 1              | 46                  | 24.807         | 16.883        |
| Industrial  | 13.084        | 948           | 131          | 199           | 395            | 1.132               | 15.889         | 11.685        |
| Comercial   | 7.419         | 1.774         | 291          | 106           | 54             | 150                 | 9.794          | 7.900         |
| Rural   | 4.446         | 1.925         | 445          | 93            | 23             | 1                   | 6.933          | 4.191         |
| Poder público:                                    |               |               |              |               |                |                     |                |               |
| Federal   | 31            | 8             | 3            | 1             | -              | -                   | 43             | 30            |
| Estadual  | 329           | 86            | 23           | 9             | 3              | -                   | 450            | 316           |
| Municipal   | 1.205         | 313           | 85           | 35            | 10             | -                   | 1.648          | 1.159         |
| Iluminação pública                                | 1.720         | 31            | 15           | 9             | -              | -                   | 1.775          | 1.304         |
| Serviço público                                   | 1.713         | 52            | 46           | 9             | -              | -                   | 1.820          | 1.260         |
| <b>Subtotal - consumidores</b>                    | <b>45.288</b> | <b>13.055</b> | <b>2.184</b> | <b>817</b>    | <b>486</b>     | <b>1.329</b>        | <b>63.159</b>  | <b>44.728</b> |
| Concessionárias (2)                               | 1.041         | -             | -            | -             | -              | 7.978               | 9.019          | 7.959         |
| Fornecimento não faturado                         | 16.803        | -             | -            | -             | -              | -                   | 16.803         | 15.239        |
| Outros (3)  | 17.794        | -             | -            | -             | -              | -                   | 17.794         | 14.145        |
| (-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa | -             | -             | -            | (356)         | (55)           | (3.224)             | (3.635)        | (3.518)       |
| <b>Total</b>                                      | <b>80.926</b> | <b>13.055</b> | <b>2.184</b> | <b>461</b>    | <b>431</b>     | <b>6.083</b>        | <b>103.140</b> | <b>78.553</b> |
| Circulante  |               |               |              |               |                |                     | 95.306         | 70.594        |
| Não circulante                                    |               |               |              |               |                |                     | 7.834          | 7.959         |

- (1) Os vencimentos são programados para o 5º dia útil após a entrega das faturas, exceto os clientes do Poder Público que possuem 10 dias úteis para efetuar os pagamentos.
- (2) Inclui energia vendida na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE.
- (3) Inclui arrecadação em processo de classificação, serviços taxados e outros valores a receber de consumidores.

O saldo da conta de consumidores e concessionárias em 30 de junho de 2015, inclui valores referentes à comercialização de energia no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE no montante de R\$9.000 (R\$7.959 em 31 de dezembro de 2014), deduzido das liquidações parciais ocorridas até 30 de junho de 2015. Esses saldos foram apurados com base em cálculos preparados e divulgados pela CCEE.

A composição desses valores, incluindo os saldos registrados na rubrica "fornecedores" no passivo circulante de R\$1.376 (R\$10.346 em 31 de dezembro de 2014), referente a aquisição de energia elétrica e aos encargos de serviços do sistema de R\$1.743 (R\$653 em 31 de dezembro de 2014), conforme demonstrados a seguir:

| Composição dos créditos da CCEE                      | 30/06/2015   | 31/12/2014     |
|--|--------------|----------------|
| Créditos a vencer                                    | 1.041        | -              |
| Créditos vinculados a liminares até dezembro de 2002 | 6.873        | 6.873          |
| Créditos vencidos (*)                                | 1.086        | 1.086          |
|  | 9.000        | 7.959          |
| (-) Aquisições de energia na CCEE                    | (1.376)      | (10.346)       |
| (-) Encargos de serviços do sistema                  | (1.743)      | (653)          |
|  | <b>5.881</b> | <b>(3.040)</b> |

(\*) A Companhia possui provisão para crédito de liquidação duvidosa no montante.

As transações ocorridas na CCEE são liquidadas após 45 dias do mês de competência.

Os valores da energia no curto prazo que se encontram vinculados a liminares podem estar sujeitos à modificação, dependendo de decisão dos processos judiciais em andamento, movidos por determinadas empresas do setor, relativos a interpretação das regras do mercado em vigor. Essas empresas, não incluídas na área do racionamento, obtiveram liminar que torna sem efeito o Despacho nº 288 da ANEEL, de 16 de maio de 2002, que objetivou o esclarecimento às empresas do setor sobre o tratamento e a forma de aplicação de determinadas regras de contabilização do MAE (atualmente CCEE), incluídas no Acordo Geral do Setor Elétrico. O pleito dessas empresas envolve a comercialização da cota-parte de Itaipu no sub-mercado Sudeste/Centro-Oeste durante o período de racionamento de 2001 a 2002, quando havia discrepância significativa de preços na energia de curto prazo entre os sub-mercados.

A Companhia não constituiu provisão para créditos de liquidação duvidosa sobre os saldos vinculados às referidas liminares, por entender que os valores serão integralmente recebidos seja dos devedores que questionaram os créditos judicialmente ou de outras empresas que vierem a ser indicadas pela CCEE.

## 7 Títulos de créditos a receber

Correspondem às contas de energia elétrica em atraso, renegociadas com os consumidores através de Termos de Confissão de Dívida, que na sua grande maioria são atualizados com base na variação do IGPM. Determinadas operações que foram renegociadas com taxas diferentes a praticada para esse conjunto de contas a receber, tiveram seus valores a receber ajustados ao valor presente com base na variação da taxa do CDI.

Em 30 de junho de 2015 e 31 de dezembro de 2014, os saldos estão demonstrados como se segue:

|   | 30/06/2015   | 31/12/2014   |
|---|--------------|--------------|
| Títulos de créditos a receber                     | 6.947        | 6.035        |
| Ajuste a valor presente                           | (871)        | (870)        |
| Provisão para créditos de liquidação duvidosa (*) | (2.628)      | (2.596)      |
|   | <b>3.448</b> | <b>2.569</b> |
| Circulante  | 2.153        | 2.027        |
| Não circulante                                    | 1.295        | 542          |

(\*) Incluído no total apresentado como redutora no ativo circulante.

Em 30 de junho de 2015, os títulos de créditos têm seus vencimentos assim programados:

|                | 30/06/2015   |
|----------------|--------------|
| Vencidos       | 2.628        |
| 2015           | 1.224        |
| 2016           | 1.664        |
| 2017           | 100          |
| 2018           | 83           |
| 2019           | 81           |
| 2020 em diante | 296          |
| <b>Total</b>   | <b>6.076</b> |

## 8 Provisão para créditos de liquidação duvidosa

| Movimentação das provisões                                  | 30/06/2015   | 31/12/2014   |
|---|--------------|--------------|
| Saldo - inicial circulante -31/12/2014 e 31/12/2013         | 6.114        | 5.629        |
| Provisões constituídas no período                           | 227          | 1.398        |
| Reversão de provisões no período                            | (78)         | (913)        |
| <b>Saldo - final - circulante - 30/06/2015 e 31/12/2014</b> | <b>6.263</b> | <b>6.114</b> |
| Consumidores e concessionárias e CCEE                       | 3.635        | 3.518        |
| Títulos de créditos a receber                               | 2.628        | 2.596        |

A provisão para créditos de liquidação duvidosa, foi constituída em bases consideradas suficientes para fazer face às eventuais perdas na realização dos créditos e se baseiam nas instruções da ANEEL, a seguir resumidos:

Clientes com débitos relevantes:

- Análise individual do saldo a receber dos consumidores, por classe de consumo, considerado de difícil recebimento.

Para os demais casos:

- Consumidores residenciais - Vencidos há mais de 90 dias;
- Consumidores comerciais - Vencidos há mais de 180 dias;
- Consumidores industriais, rurais, poderes públicos, iluminação pública, serviços públicos e outros - Vencidos há mais 360 dias.
- Títulos de créditos a receber com parcelas vencidas há mais de 90 dias, são constituídas provisão das parcelas vencidas e vincendas.

## 9 Impostos a recuperar

|   | 30/06/2015    | 31/12/2014    |
|---|---------------|---------------|
| Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS | 9.012         | 9.807         |
| Imposto de Renda - IRPJ                                   | 7.614         | 2.681         |
| Imposto de renda retido na fonte                          | 3.301         | 4.511         |
| Contribuição Social Sobre o Lucro - CSSL                  | 1.780         | 902           |
| Contribuição do PIS e COFINS                              | 8.738         | 8.437         |
| Outros  | 552           | 533           |
| <b>Total</b>  | <b>30.997</b> | <b>26.871</b> |
| Circulante  | 25.432        | 19.428        |
| Não Circulante  | 5.565         | 7.443         |

## 10 Revisão e reajuste tarifário periódico

Reajuste tarifário:

Pela execução dos serviços públicos de energia elétrica, a concessionária tem o direito de cobrar dos consumidores as tarifas determinadas e homologadas pelo Poder Concedente. Os valores das tarifas serão reajustados em periodicidade anual e a receita da concessionária será dividida em duas parcelas: Parcela A (composta pelos custos não gerenciáveis) e Parcela B (custos operacionais eficientes e custos de capital). O reajuste tarifário anual tem o objetivo de repassar os custos não gerenciáveis e atualizar monetariamente os custos gerenciáveis.



As tarifas da Companhia foram reajustadas pela ANEEL através da Resolução Homologatória nº 1.895 de 16 de junho de 2015, que aprovou o resultado do reajuste tarifário que gerou um aumento médio a ser percebido pelos consumidores de 3,06%, aplicado desde 18 de junho de 2015.

#### Reajuste tarifário extraordinário:

A ANEEL, em reunião realizada em 27/02/2015, deliberou por conceder, a partir de 02/03/2015, reajuste tarifário extraordinário (RTE) diferenciado para todas as concessionárias de distribuição de energia elétrica do país. O efeito médio para a Companhia foi de 26,89%.

O reajuste tarifário extraordinário (RTE) aplicado tem por objetivo adequar a cobertura tarifária dos custos atuais com Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) e compra de energia.

#### Bandeiras tarifárias:

A partir de janeiro de 2015, as contas de energia sofreram a aplicação do Sistema de Bandeiras Tarifárias. O acionamento da bandeira tarifária será sinalizado mensalmente pela ANEEL, de acordo com as informações prestadas pelo Operador Nacional do Sistema - ONS, conforme a capacidade de geração de energia elétrica no país.

As bandeiras verde, amarela e vermelha indicarão se a energia custará mais ou menos, em função das condições de geração de eletricidade.

- Bandeira verde: condições favoráveis de geração de energia. A tarifa não sofre nenhum acréscimo;
- Bandeira amarela: condições de geração menos favoráveis. A tarifa sofre acréscimo de R\$ 0,025 para cada quilowatt-hora (kWh) consumidos;
- Bandeira vermelha: condições mais custosas de geração. A tarifa sofre acréscimo de R\$ 0,055 para cada quilowatt-hora (kWh) consumidos.

A distribuidora de energia divulgará, na conta de energia, a aplicação das bandeiras para que o consumidor possa compreender então, qual bandeira estaria valendo no mês atual.

As bandeiras tarifárias são homologadas pela ANEEL, a cada ano civil, considerada a previsão das variações relativas aos custos de geração por fonte termelétrica e à exposição aos preços de liquidação no mercado de curto prazo que afetem os agentes de distribuição de energia elétrica conectados ao Sistema Interligado Nacional - SIN, cabendo a CCEE criar e manter a Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias, destinada a administrar os recursos decorrentes da aplicação das bandeiras tarifárias instituídas pela ANEEL.

#### Revisão tarifária:

A revisão tarifária periódica ocorre a cada 4 anos e, nesse processo, a ANEEL procede ao recálculo das tarifas, considerando as alterações na estrutura de custos e mercado da concessionária, estimulando a eficiência e a modicidade das tarifas. Os reajustes e as revisões são mecanismos de atualização tarifária, ambos previstos no contrato de concessão. A Concessionária também pode solicitar uma revisão extraordinária sempre que algum evento provoque significativo desequilíbrio econômico-financeiro da concessão.

A ANEEL através da Resolução Homologatória nº 1.293 de 05 de junho de 2012, aprovou o resultado da terceira revisão tarifária periódica da Companhia com reajuste que gerou um incremento de 1,20%, aplicados a partir de 18 de junho de 2012.

## 11 Ativos e passivos regulatórios

---

A conta de compensação dos valores da parcela A - CVA é o mecanismo destinado a registrar as variações de custos relacionados à compra de energia e encargos regulatórios, ocorridas no período entre reajustes tarifários e/ou revisões periódicas, de modo a permitir maior neutralidade no repasse dessas variações para as tarifas.



Em 25 de novembro de 2014, a ANEEL decidiu aditar os contratos de concessão e permissão, das companhias de distribuição de energia elétrica, com vistas a eliminar eventuais incertezas, até então existentes, quanto ao reconhecimento e à realização das diferenças temporais, cujos valores são repassados anualmente na tarifa de distribuição de energia elétrica - Parcela A (CVA) e outros itens financeiros. No termo aditivo emitido pela ANEEL, o órgão regulador garante que os valores de CVA e outros itens financeiros não recuperados dos consumidores serão incorporados no cálculo da indenização, quando da extinção da concessão.

A Companhia contabilizou as variações destes custos como ativos e passivos regulatórios, conforme demonstrado a seguir:

| Ativos regulatórios   | 30/06/2015    | 31/12/2014    |
|---|---------------|---------------|
| <b>Itens da Parcela A (i)</b>                               |               |               |
| Conta de Desenvolvimento Energético - CDE                   | 23.868        | 958           |
| Programa Incentivo Fontes Alternativas de Energia - PROINFA | 95            | 96            |
| Transporte de Energia Elétrica - Itaipu Binacional          | 179           | -             |
| Energia elétrica comprada para revenda                      | 25.278        | 20.866        |
| Sobrecontratação de energia (ii)                            | -             | 10.610        |
| <b>Itens financeiros</b>                                    |               |               |
| CUSD  | 1.573         | -             |
| Exposição de submercados                                    | 288           | -             |
| Outros itens financeiros                                    | -             | 13            |
| <b>Total Ativo - circulante</b>                             | <b>51.281</b> | <b>32.543</b> |

| Passivos regulatórios                                   | 30/06/2015    | 31/12/2014    |
|---|---------------|---------------|
| <b>Itens da Parcela A (i)</b>                           |               |               |
| Encargo de serviços de sistema ESS (iii)                | 12.166        | 16.623        |
| Transporte de Energia Elétrica Rede Básica              | 3.447         | 2.465         |
| Sobrecontratação de energia (ii)                        | 9.536         | -             |
| <b>Itens financeiros</b>                                |               |               |
| CUSD  | -             | 2.091         |
| Exposição de submercados                                | -             | 105           |
| Outros itens financeiros                                | 16.889        | -             |
| Neutralidade da Parcela A                               | 1.288         | 791           |
| <b>Total Passivo - circulante</b>                       | <b>43.326</b> | <b>22.075</b> |
| <b>Saldo líquido dos ativos e passivos regulatórios</b> | <b>7.955</b>  | <b>10.468</b> |

| Efeito na demonstração do resultado | 01/04/2015 a 30/06/2015 | 01/01/2015 a 30/06/2015 |
|-------------------------------------|-------------------------|-------------------------|
| Receita operacional                 | 5.857                   | (2.491)                 |
| Outras despesas financeiras         | 91                      | (22)                    |
| <b>Total - resultado</b>            | <b>5.948</b>            | <b>(2.513)</b>          |

(i) Valores tarifários não gerenciáveis a compensar da Parcela A - CVA

A Portaria Interministerial dos Ministros de Estado da Fazenda e de Minas e Energia nº 25, de 24 de janeiro de 2002, estabeleceu a Conta de Compensação de Variação de Valores de Itens da "Parcela A" - CVA, com o propósito de registrar as variações de custos, negativas ou positivas, ocorridas no período entre reajustes tarifários anuais, relativos aos itens previstos nos contratos de concessão de distribuição de energia elétrica.

Estas variações são apuradas por meio da diferença entre os gastos efetivamente incorridos e os gastos estimados no momento da constituição da tarifa nos reajustes tarifários anuais. Os valores considerados na CVA são atualizados monetariamente com base na taxa SELIC.

## (ii) Repasse de sobrecontratação de energia (energia excedente)

O Decreto nº 5.163, de 30 de julho de 2004, em seu art. 38, determina que no repasse dos custos de aquisição de energia elétrica às tarifas dos consumidores finais, a ANEEL deverá considerar até 105% do montante total de energia elétrica contratada em relação à carga anual de fornecimento do agente de distribuição. Este repasse foi regulamentado pela Resolução ANEEL nº 255, de 6 de março de 2007.

As distribuidoras de energia elétrica são obrigadas a garantir 100% do seu mercado de energia por meio de contratos aprovados, registrados e homologados pela ANEEL, tendo também a garantia do repasse às tarifas dos custos ou receitas decorrentes das sobras e déficits de energia elétrica, limitados em 5% do requisito de carga.

## (iii) Encargo de Serviço do Sistema - ESS

Representa um encargo destinado à cobertura dos custos dos serviços do sistema, que inclui os serviços ancilares, prestados pelos usuários dos Sistemas Interligado Nacional - SIN;

A Companhia assinou junto a ANEEL, aditivo ao contrato de concessão com inclusão de cláusula específica que possibilitou o reconhecimento contábil dos ativos e passivos regulatórios como ativo ou passivo financeiro. De acordo com o OCPC 08 a contabilização dos saldos existentes deve ser efetuada no exercício da assinatura do aditivo ao contrato de concessão de forma prospectiva.

Desta forma, os valores reconhecidos de ativos e passivos regulatórios tiveram a contrapartida a receita de venda de bens e serviços, receitas e despesas financeiras.

## 12 Outros créditos

|   | 30/06/2015    | 31/12/2014    |
|---|---------------|---------------|
| Baixa renda (1)                                       | 1.930         | 3.533         |
| Ordens de serviço em curso - PEE e P&D                | 1.915         | 6.407         |
| Ordens de serviço em curso - outros                   | 258           | 268           |
| Adiantamentos   | 2.944         | 2.438         |
| Subvenção CDE - desconto tarifário (2)                | 30.832        | 27.302        |
| Créditos com terceiros - Alienação de bens e direitos | 1.926         | 2.005         |
| Adiantamento fundo de pensão                          | 8.704         | 8.704         |
| Despesas antecipadas                                  | 247           | 535           |
| Outros  | 583           | 729           |
| <b>Total</b>  | <b>49.339</b> | <b>51.921</b> |
| Circulante  | 49.203        | 51.784        |
| Não circulante  | 136           | 137           |

Segue a movimentação do baixa renda e da Subvenção CDE - Desconto Tarifário:

## (1) Baixa renda:

|   | 30/06/2015   | 31/12/2014   |
|---|--------------|--------------|
| Saldo - inicial circulante - 31/12/2014 e 31/12/2013        | 3.533        | 3.398        |
| Subvenção Baixa Renda                                       | 7.848        | 21.024       |
| Ressarcimento pela Eletrobrás                               | (9.451)      | (20.889)     |
| <b>Saldo - final - circulante - 30/06/2015 e 31/12/2014</b> | <b>1.930</b> | <b>3.533</b> |

Esses créditos referem-se à subvenção da classe residencial baixa renda, das unidades consumidoras com consumo mensal inferior a 220 kWh, desde que cumpridos certos requisitos. Essa receita é custeada com recursos financeiros oriundos da RGR - Reserva Global de Reversão e da CDE - Conta de Desenvolvimento Energético ambos sob a administração da Eletrobrás. A Administração não espera apurar perdas na realização do saldo. Em julho de 2015 foram recebidos o montante de R\$966 referente à subvenção baixa renda.

## (2) Subvenção CDE - desconto tarifário

|  | 30/06/2015    | 31/12/2014    |
|--|---------------|---------------|
| Desconto tarifário subvenção Irrigante e Rural | 107.124       | 80.955        |
| Ressarcimento pela Eletrobrás                  | (76.292)      | (53.653)      |
| Saldo final (*) - circulante                   | <b>30.382</b> | <b>27.302</b> |

(\*) Não inclui atualização monetária.

Refere-se a recursos transferidos às concessionárias autorizados pelo Governo Federal, através do Decreto nº 7.891 de 23 de janeiro de 2013, para fazer frente à Subvenção CDE para os descontos incidentes sobre as tarifas aplicáveis aos usuários do serviço público de distribuição de energia elétrica, nos termos do inciso VII do caput do art. 13 da Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002.

Em 30 de junho de 2015, o saldo em aberto corresponde a subvenção incorrida nos meses de novembro de 2014 a junho de 2015, cujo ressarcimento a administração da empresa espera receber no terceiro trimestre de 2015. Em julho de 2015 foram recebidos o montante de R\$4.610 referente à subvenção CDE.

### 13 Transações com partes relacionadas

A Companhia é controlada pela ENERGISA S/A, (100% do capital total), que por sua vez detém o controle acionário da Energisa Paraíba - Distribuidora de Energia S/A (EPB), Energisa Sergipe - Distribuidora de Energia S/A (ESE), Energisa Borborema - Distribuidora de Energia S/A (EBO), Energisa Nova Friburgo - Distribuidora de Energia S/A (ENF), Energisa Soluções S/A (ESO), Energisa Comercializadora Ltda. (ECOM), Energisa Serviços Aéreos S/A (ESER), Energisa Planejamento e Corretagem de Seguros Ltda. (EPLA), Energisa Geração Usina Mauricio, Energisa Geração Central Solar Coremas S/A.

Em abril de 2014 a controladora ENERGISA S/A, adquiriu a participação nas sociedades JQMJ Participações S.A., BBPM Participações S.A., Denerge Desenvolvimento Energético S.A. e Empresa de Eletricidade Vale Paranapanema S.A. - em recuperação judicial, que conferiram à Energisa S.A. o controle indireto da Rede Energia S/A e, por consequência, das sociedades: Energisa Mato Grosso do Sul - Distribuidora de Energia S/A (EMS), Energisa Mato Grosso - Distribuidora de Energia S/A (EMT), Energisa Tocantins - Distribuidora de Energia S/A (ETO), Caiuá Distribuição de Energia S/A (Caiuá), Companhia Força e Luz do Oeste (CFLO), Companhia Nacional de Energia Elétrica (CNEE), Empresa de Distribuição de Energia Elétrica do Vale Paranapanema S/A (EDEV), Empresa Elétrica Bragantina S/A (EEB), Multi Energisa Serviços S.A (Multi Energisa), Rede Power do Brasil S/A (REDE POWER), Companhia Técnica e Comercialização de Energia S/A (REDECOM), Vale do Vacaria Açúcar e Álcool S/A, Companhia Geral e QMRA Participações S/A (empresas que passaram a compor o Grupo Energisa).

#### Transações efetuadas no período pela Companhia:

|              | Serviços contratados (Despesa) (1) | Disponibilização do sistema de transmissão e distribuição (Custo) (2) | Comissão aval (Despesa financeira) (3) | Adiantamento para Futuro Aumento de Capital (4) | Saldo a pagar (fornecedores) |
|--------------|------------------------------------|---|--|---|------------------------------|
| ENERGISA S/A | 5.893                              | -   | 2.604                                  | 63.657  | 910                          |
| ENF          | -                                  | 364   | -                                      | -   | 83                           |
| ESOL         | 12.014                             | -   | -                                      | -   | 1.775                        |
| 30/06/2015   | 17.907                             | 364   | 2.604                                  | 63.657  | 2.768                        |
| 30/06/2014   | 17.178                             | 480   | 2.390                                  | 3.931   | 940                          |
| 31/12/2014   | -                                  | -   | -                                      | 9.861   | 2.634                        |

(1) Os serviços contratados junto à Controladora referem-se a serviços administrativos, suportados por contratos que foram submetidos à aprovação da ANEEL. Os custos são referenciados ao modelo de empresa de referência utilizado pela área regulatória da ANEEL para fins regulatórios.

As transações com as empresas ligadas referem-se a serviços de manutenção de linhas, subestações, engenharia e de projetos.

(2) Os valores de custo e uso de conexão estão suportados por contratos que foram submetidos à aprovação da ANEEL e foram efetuados em condições usuais de mercado.

(3) Refere-se a custo de comissão de aval, iniciado em fevereiro de 2013, de garantias da controladora sobre contratos da Companhia a razão de 1,5% a.a.

(4) Os recursos destinados a futuro aumento de capital não são remunerados e estão registrados no Patrimônio Líquido.

### Remuneração dos administradores

No período findo em 30 de junho de 2015, a remuneração dos membros do Conselho de Administração foi de R\$230 (R\$205 em 30 de junho de 2014) e da Diretoria foi de R\$425 (R\$764 em 30 de junho de 2014). Além da remuneração, a Companhia é patrocinadora dos benefícios de previdência privada, seguro saúde e seguro de vida para seus diretores, sendo a despesa no montante de R\$264 (R\$206 em 30 de junho de 2014). Os encargos sociais sobre as remunerações totalizaram R\$157 (R\$137 em 30 de junho de 2014).

A maior e a menor remuneração atribuídas a dirigentes e conselheiros, relativas ao mês de junho, foram de R\$19 e R\$1 (R\$18 e R\$1 em 30 de junho de 2014), respectivamente. A remuneração média em 30 de junho de 2015 foi de R\$10 (R\$8 em 30 de junho de 2014).

Na AGO de 30 de abril de 2015, foi aprovado o limite global da remuneração anual dos administradores para o exercício de 2015 no montante de R\$3.448 (R\$3.448 para o exercício de 2014).

## 14 Créditos tributários, impostos diferidos e despesa de imposto de renda e contribuição social corrente

Os impostos diferidos são oriundos de prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social, assim como diferenças temporárias, que estão registrados segundo as normas do CPC 32 e apresentado conforme normas do CPC 26.

Impostos diferidos reconhecidos no balanço:

|   | 30/06/2015    | 31/12/2014    |
|---|---------------|---------------|
| <b>Ativo</b>                                      |               |               |
| Imposto de renda s/prejuízos fiscais              | 22.812        | 19.815        |
| Contribuição social s/base negativa               | 9.163         | 8.084         |
| <b>Subtotal</b>                                   | <b>31.975</b> | <b>27.899</b> |
| Diferenças temporárias                            |               |               |
| Imposto de renda e contribuição social s/ o lucro | 16.920        | 16.070        |
| <b>Total - não circulante</b>                     | <b>48.895</b> | <b>43.969</b> |
| <b>Passivo - Diferenças Temporárias</b>           |               |               |
| Imposto de renda                                  | 31.788        | 24.776        |
| Contribuição social                               | 11.444        | 8.919         |
| <b>Total - não circulante</b>                     | <b>43.232</b> | <b>33.695</b> |
| <b>Total líquido - ativo não circulante</b>       | <b>5.663</b>  | <b>10.274</b> |

A natureza dos créditos diferidos são como segue:

|  | 30/06/2015      |              | 31/12/2014      |               |
|--|-----------------|--------------|-----------------|---------------|
|  | Base de cálculo | IRPJ + CSSL  | Base de cálculo | IRPJ + CSSL   |
| <b>Ativo</b>   |                 |              |                 |               |
| Prejuízos fiscais  | 91.248          | 22.812       | 79.261          | 19.815        |
| Base negativa da CSSL  | 101.811         | 9.163        | 89.819          | 8.084         |
| Provisão ajuste atuarial   | 2.082           | 708          | 1.932           | 657           |
| Provisões para riscos  | 5.798           | 1.971        | 5.998           | 2.039         |
| Provisão para crédito de liquidação duvidosa - PCLD                                  | 6.305           | 2.144        | 6.156           | 2.093         |
| Outras provisões (PEE; P&D; honorários e outras)                                     | 2.612           | 888          | 1.290           | 438           |
| Variações cambiais passivas  | 27.426          | 9.325        | 27.426          | 9.325         |
| Ativos regulatórios (CVA's)  | 1.747           | 594          | -               | -             |
| Ajustes a valor presente   | 871             | 297          | 870             | 296           |
| Outras adições (exclusões) temporárias   | 2.921           | 993          | 3.595           | 1.223         |
| Marcação a mercado - derivativo  | (39.851)        | (13.549)     | (21.556)        | (7.329)       |
| IRPJ e CSSL sobre a parcela do VNR das contas a receber da concessão e atualizações: | (87.303)        | (29.683)     | (77.547)        | (26.367)      |
| <b>Total - ativo não circulante</b>  | <b>115.667</b>  | <b>5.663</b> | <b>117.244</b>  | <b>10.274</b> |

Conforme nota explicativa nº 1, a Companhia manifestou, em 15 de outubro de 2012, a intenção de prorrogação de sua concessão pelo prazo de 30 anos a partir de 07 de julho de 2015 e considera que os saldos de impostos diferidos serão realizados através de suas operações.

A estimativa para as realizações dos impostos diferidos está baseada nas projeções de resultados utilizadas no estudo de recuperabilidade desses ativos que foram aprovadas pelo Conselho de Administração.

O Decreto nº 8.461/2015, publicado no Diário Oficial em 03 de junho de 2015, regulamentou a prorrogação das concessões de distribuição de energia elétrica, e caso ocorra alguma situação diferente a Companhia possui estudos que indicam a realização total desses créditos considerando diversos cenários.

Os valores de imposto de renda e contribuição social que afetaram o resultado do período, bem como a compensação dos créditos tributários registrados, são demonstrados como segue:

|   | 01/04/2015 a<br>30/06/2015 | 01/01/2015 a<br>30/06/2015 | 01/04/2014 a<br>30/06/2014 | 01/01/2014 a<br>30/06/2014 |
|---|----------------------------|----------------------------|----------------------------|----------------------------|
| Resultados antes dos tributos sobre o lucro                                       | 11.589                     | 17.135                     | 13.766                     | 35.800                     |
| Alíquota fiscal combinada   | 34%                        | 34%                        | 34%                        | 34%                        |
| Imposto de renda e contribuição calculados às alíquotas fiscais combinadas social | (3.941)                    | (5.826)                    | (4.680)                    | (12.172)                   |
| Ajustes:  |                            |                            |                            |                            |
| Outros  | (26)                       | (52)                       | (152)                      | (144)                      |
| <b>imposto de renda e contribuição social sobre o lucro</b>                       | <b>(3.967)</b>             | <b>(5.878)</b>             | <b>(4.832)</b>             | <b>(12.316)</b>            |
| Alíquota efetiva  | 34,23%                     | 34,30%                     | 35,10%                     | 34,40%                     |

## 15 Contas a receber da Concessão

A Medida Provisória nº 579/2012, convertida na Lei 12.783/2013, confirmou a intenção do Poder Concedente de utilizar o VNR - Valor novo de reposição para valoração dos créditos a receber, ao final da concessão, a título de indenização dos investimentos efetuados e não recuperados por meio da prestação de serviços outorgados.

No entendimento da Administração da Companhia esse fato alterou as condições contratuais da concessão relacionadas à forma de remunerar a Companhia pelos investimentos realizados na infraestrutura vinculados à prestação de serviços outorgados, que até o exercício de 2011, era reconhecido pelo custo histórico. A partir de 31 de dezembro de 2012 a Companhia passou a reconhecer o VNR - Valor novo de reposição, homologados pela ANEEL, dos ativos que compõe a concessão, corrigidos pela variação do IGPM.

No período findo em 30 de junho de 2015, foram reconhecidos em receita financeira - atualização do contas a receber da concessão - VNR o montante de R\$9.742.

Esse direito está classificado como disponível para venda no circulante. Em 30 de junho de 2015, o saldo dessa rubrica monta:

| Movimentação   | 30/06/2015     | 31/12/2014     |
|--|----------------|----------------|
| Ativo financeiro - 31/12/2014 e 31/12/2013                             | 329.497        | 285.875        |
| Adições no período/exercício (*)                                       | 10.619         | 40.875         |
| Baixas no período/exercício  | (1.274)        | (4.891)        |
| Ativo financeiro-30/06/2015 e 31/12/2014                               | 338.842        | 321.859        |
| Atualização contas a receber da concessão - VNR                        | 9.742          | 7.638          |
| Ativo financeiro custo corrigido -30/06/2015 e 31/12/2014 - circulante | <u>348.584</u> | <u>329.497</u> |

(\*) Transferência do intangível para o contas a receber da concessão.

A partir de julho de 2015 a Companhia estará transferindo o saldo do contas a receber da concessão para o intangível em face de que em 02 de junho de 2015, ter sido editado Decreto nº 8.461/2015, publicado no Diário Oficial em 03 de junho de 2015, que regulamentou a prorrogação das concessões de distribuição de energia elétrica. (vide nota explicativa nº1).

## 16 Intangível e Imobilizado

|                                    | 30/06/2015    | 31/12/2014   |
|------------------------------------|---------------|--------------|
| Intangível - Contrato da concessão | 8.504         | 1.218        |
| Imobilizado                        | 6.628         | 6.502        |
| Total                              | <u>15.132</u> | <u>7.720</u> |

## Intangível - Contrato de concessão

Referem-se a parcela da infraestrutura utilizada na concessão da distribuição de energia elétrica a ser recuperada pelas tarifas elétricas durante o prazo da concessão.

| Intangível   | Saldo<br>31/12/2014 | Adição        | Transferências | Baixas (*)      | Amortização/<br>Depreciação | Saldo<br>30/06/2015 |
|--|---------------------|---------------|----------------|-----------------|-----------------------------|---------------------|
| <b>Intangível em Serviço</b>                       |                     |               |                |                 |                             |                     |
| Custo:   | 291.509             | -             | 132            | (520)           | -                           | 291.121             |
| Amortização Acumulada                              | (278.507)           | -             | -              | 507             | (13.121)                    | (291.121)           |
| Subtotal   | 13.002              | -             | 132            | (13)            | (13.121)                    | -                   |
| Em Curso   | 10.640              | 29.173        | (132)          | (11.904)        | -                           | 27.777              |
| <b>Total Intangível</b>                            | <b>23.642</b>       | <b>29.173</b> | <b>-</b>       | <b>(11.917)</b> | <b>(13.121)</b>             | <b>27.777</b>       |
| <b>(-) Obrigações vinculadas à concessão</b>       |                     |               |                |                 |                             |                     |
| <b>Em Serviço</b>                                  |                     |               |                |                 |                             |                     |
| Custo  | 43.352              | -             | 148            | -               | -                           | 43.500              |
| Amortização Acumulada                              | (39.887)            | -             | -              | -               | (3.613)                     | (43.500)            |
| Subtotal   | 3.465               | -             | 148            | -               | (3.613)                     | -                   |
| Em Curso   | 18.959              | 1.747         | (148)          | (1.285)         | -                           | 19.273              |
| <b>Total das Obrigações vinculadas à concessão</b> | <b>22.424</b>       | <b>1.747</b>  | <b>-</b>       | <b>(1.285)</b>  | <b>(3.613)</b>              | <b>19.273</b>       |
| <b>Total Intangível</b>                            | <b>1.218</b>        | <b>27.426</b> | <b>-</b>       | <b>(10.632)</b> | <b>(9.508)</b>              | <b>8.504</b>        |
| <b>Imobilizado em Serviço</b>                      |                     |               |                |                 |                             |                     |
| Custo:   |                     |               |                |                 |                             |                     |
| Edificações e benfeitorias                         | 209                 | -             | -              | -               | -                           | 209                 |
| Máquinas e equipamentos                            | 6.357               | -             | 313            | (29)            | -                           | 6.641               |
| Veículos   | 189                 | -             | -              | -               | -                           | 189                 |
| Móveis e utensílios                                | 3.091               | -             | 433            | (4)             | -                           | 3.520               |
| <b>Total do imobilizado em serviço</b>             | <b>9.846</b>        | <b>-</b>      | <b>746</b>     | <b>(33)</b>     | <b>-</b>                    | <b>10.559</b>       |
| Depreciação acumulada:                             |                     |               |                |                 |                             |                     |
| Edificações e benfeitorias                         | (184)               | -             | -              | -               | (3)                         | (187)               |
| Máquinas e equipamentos                            | (2.000)             | -             | -              | 29              | (512)                       | (2.483)             |
| Veículos   | (106)               | -             | -              | -               | (14)                        | (120)               |
| Móveis e utensílios                                | (1.054)             | -             | -              | 4               | (91)                        | (1.141)             |
| <b>Total Depreciação acumulada</b>                 | <b>(3.344)</b>      | <b>-</b>      | <b>-</b>       | <b>33</b>       | <b>(620)</b>                | <b>(3.931)</b>      |
| Subtotal Imobilizado                               | 6.502               | -             | 746            | -               | (620)                       | 6.628               |
| Imobilizado em curso                               | -                   | 746           | (746)          | -               | -                           | -                   |
| <b>Total do Imobilizado</b>                        | <b>6.502</b>        | <b>746</b>    | <b>-</b>       | <b>-</b>        | <b>(620)</b>                | <b>6.628</b>        |
| <b>Total</b>                                       | <b>7.720</b>        | <b>28.172</b> | <b>-</b>       | <b>(10.632)</b> | <b>(10.128)</b>             | <b>15.132</b>       |

(\*) Do total das baixas realizadas no período findo em 30 de junho de 2015 de R\$10.632, R\$10.619 foi transferido para o contas a receber da concessão e R\$13 referem-se a baixas operacionais realizadas no período.

A infraestrutura utilizada pela Companhia nas suas operações é vinculada ao serviço público de distribuição de energia, não podendo ser retirada, alienada, cedida ou dada em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. A Resolução ANEEL nº 20/99, regulamenta a desvinculação da infraestrutura das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concedendo autorização prévia para sua desvinculação, quando destinados à alienação, determina, também, que o produto da alienação seja depositado em conta bancária específica e os recursos reinvestidos na infraestrutura da própria concessão.

A amortização do intangível está sendo efetuada pelo prazo da concessão com base nos benefícios econômicos gerados anualmente. A taxa média ponderada de amortização utilizada é de 4,42% (3,91% em 31 de dezembro de 2014).

O saldo do intangível e das contas a receber da concessão estão reduzidos pelas obrigações vinculadas a concessão, que são representadas por:

| Obrigações vinculadas à concessão:                               | 30/06/2015     | 31/12/2014     |
|--|----------------|----------------|
| Contribuições do consumidor (1)                                  | 130.823        | 130.070        |
| Participação da União - recursos CDE (2)                         | 31.167         | 31.167         |
| Participação do Governo do Estado (2)                            | 14.669         | 14.669         |
| Reserva para reversão (3)  | 1.409          | 1.409          |
| Receitas de Ultrapassagem de Demanda e Energia Reativa Excedente | 4.798          | 3.875          |
| (-) Amortização acumulada  | (43.500)       | (39.887)       |
| <b>Total</b>   | <b>139.366</b> | <b>141.303</b> |
| Alocação:  |                |                |
| Contas a receber da concessão                                    | 120.093        | 118.879        |
| Infraestrutura - Intangível em serviço                           | -              | 3.465          |
| Infraestrutura - Intangível em curso                             | 14.475         | 15.084         |
| Receitas de Ultrapassagem de Demanda e Energia Reativa Excedente | 4.798          | 3.875          |
| <b>Total</b>   | <b>139.366</b> | <b>141.303</b> |

(1) As contribuições de consumidores representam a participação de terceiros em obras para fornecimento de energia elétrica em áreas não incluídas nos projetos de expansão das concessionárias de energia elétrica.

(2) As subvenções da União - recursos CDE e a participação do Governo do Estado, são provenientes da Conta de Desenvolvimento Energético - CDE e estão destinados ao Programa Luz para Todos.

(3) A reserva para reversão constituída até 31 de dezembro de 1971, representa o montante de recursos provenientes do fundo de reversão, os quais foram aplicados em projetos de expansão da Companhia, incidindo juros de 5 % a.a. pagos mensalmente.

A partir da segunda revisão tarifária periódica, ocorrida em junho de 2008, as obrigações vinculadas à concessão (obrigações especiais) passaram a ser amortizadas pela taxa média de depreciação do ativo imobilizado da respectiva atividade em que tiverem sido aplicados os recursos das obrigações especiais.

### Receitas de Ultrapassagem de Demanda e Energia Reativa Excedente

A ANEEL, através da REN nº 463 de 22 de novembro de 2011, determinou que os valores provenientes do faturamento de multas por ultrapassagem de demanda e consumo de energia reativa excedente, a partir da revisão tarifária referente ao 3º ciclo de revisões tarifárias, passem a ser contabilizadas como Obrigações especiais. Anteriormente ao 3º ciclo esses valores eram contabilizados como receita operacional. A Companhia passou pelo 3º ciclo de revisão tarifária em junho de 2012 e, a partir dessa data, os faturamentos das ultrapassagens de demanda passaram a ser contabilizados na rubrica Obrigações especiais.

Até 30 de junho de 2015, o montante contabilizado naquela rubrica é de R\$4.798 (R\$3.875 em 31 de dezembro de 2014).

A ABRADDEE (Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica), como representante das distribuidoras de energia elétrica, ingressou no judiciário questionando o tratamento dado a esse faturamento.

### Imobilizado

Taxas de depreciação praticadas pela Companhia são:

| Taxas de depreciação do ativo imobilizado | 30/06/2015 |
|---|------------|
| Edificações e benfeitorias                | 3,33%      |
| Máquinas e equipamentos                   | 15,97%     |
| Veículos                                  | 14,29%     |
| Móveis e utensílios                       | 6,25%      |



## 17 Fornecedores

|  | 30/06/2015    | 31/12/2014    |
|--|---------------|---------------|
| Suprimento (1):                                |               |               |
| Contratos Bilaterais                           | 29.760        | 23.488        |
| CCEE   | 1.376         | 10.346        |
| Operador Nacional do Sistema Elétrico (1)      | 672           | 760           |
| Encargo de serviços do sistema (1)             | 1.743         | 653           |
| Uso do sistema de transmissão/distribuição (1) | 2.136         | 2.091         |
| Conexão a rede (1)                             | 118           | 123           |
| Materiais e serviços e outros (2)              | 10.911        | 8.227         |
| <b>Total</b>                                   | <b>46.716</b> | <b>45.688</b> |
| Circulante                                     | 45.972        | 44.944        |
| Não circulante                                 | 744           | 744           |

(1) Refere-se à aquisição de energia elétrica de geradores, uso da rede básica e uso do sistema de distribuição, cujo prazo médio de liquidação é de 25 dias.

(2) Refere-se às aquisições de materiais, serviços e outros, necessários à execução, conservação e manutenção dos serviços de distribuição e comercialização de energia elétrica, com prazo médio de liquidação de 40 dias.

## 18 Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas

| Operações   | Encargos da dívida | Principal      |                | Total          |                | Ref. |
|---|--------------------|----------------|----------------|----------------|----------------|------|
|   |                    | Circulante     | Não Circulante | 30/06/2015     | 31/12/2014     |      |
| <b>Em moeda nacional</b>  |                    |                |                |                |                |      |
| Fundo de Investimento em Direitos Creditórios - Grupo Energisa III(*) | 153                | -              | 15.000         | 15.153         | 15.138         |      |
| Eletrobrás - Luz para Todos - 1ª tranche                              | 58                 | 1.042          | 1.359          | 2.459          | 3.026          |      |
| Eletrobrás - Luz para Todos - 1ª tranche (RJ)                         | 2                  | 9              | 11             | 22             | 27             |      |
| Eletrobrás - Luz para Todos - 2ª tranche                              | 350                | 1.326          | 4.856          | 6.532          | 7.243          |      |
| Eletrobrás - Subtransmissão   | 8                  | 257            | 506            | 771            | 911            |      |
| Eletrobrás - Devolução LPT  | -                  | -              | -              | -              | 2.704          |      |
| Banco HSBC - repasse BNDES  | 25                 | 497            | -              | 522            | 777            |      |
| Banco HSBC - repasse BNDES  | 3                  | 307            | -              | 310            | 410            |      |
| Banco HSBC - repasse BNDES  | 1                  | 267            | -              | 268            | 427            |      |
| Banco ITAU BBA - repasse BNDES I                                      | 6                  | 451            | 2.072          | 2.529          | 2.755          |      |
| Banco ITAU BBA - repasse BNDES II                                     | 4                  | 246            | 904            | 1.154          | 1.059          |      |
| Banco ITAU BBA - repasse BNDES III                                    | 3                  | 188            | 863            | 1.054          | 1.149          |      |
| Banco ITAU BBA - repasse BNDES IV                                     | 3                  | 298            | 1.367          | 1.668          | 1.818          |      |
| Banco Itaú BBA - repasse BNDES PER                                    | -                  | 557            | -              | 557            | 930            |      |
| Banco Itaú BBA - FINAME   | 67                 | 1.776          | 13.932         | 15.775         | 14.130         |      |
| Caixa Econômica Federal - FINAME                                      | 38                 | 493            | 2.932          | 3.463          | 3.734          |      |
| Banco Bradesco - CCB  | 1.907              | 12.500         | -              | 14.407         | 13.566         | (1)  |
| Banco ITAU BBA - BNDES FINEM  | 50                 | 4.084          | 18.426         | 22.560         | 14.566         |      |
| Nota Promissória - Itaú   | 607                | 65.000         | -              | 65.607         | 60.402         |      |
| <b>Sub Total em moeda nacional</b>                                    | <b>3.285</b>       | <b>89.298</b>  | <b>62.228</b>  | <b>154.811</b> | <b>144.772</b> |      |
| (-) custos de captação incorridos na contratação                      | -                  | (24)           | (107)          | (131)          | (174)          |      |
| <b>Total em moeda nacional</b>  | <b>3.285</b>       | <b>89.274</b>  | <b>62.121</b>  | <b>154.680</b> | <b>144.598</b> |      |
| <b>Em moeda estrangeira</b>   |                    |                |                |                |                |      |
| Citibank  | 531                | -              | 95.545         | 96.076         | 43.983         | (2)  |
| Bank of America Merrill Lynch   | -                  | -              | -              | -              | 76.025         |      |
| Banco Itaú BBA  | 313                | 93.078         | -              | 93.391         | 80.425         | (2)  |
| <b>Total em moeda estrangeira</b>                                     | <b>844</b>         | <b>93.078</b>  | <b>95.545</b>  | <b>189.467</b> | <b>200.433</b> |      |
| <b>Total</b>  | <b>4.129</b>       | <b>182.352</b> | <b>157.666</b> | <b>344.147</b> | <b>345.031</b> |      |

(\*) Para garantia do pagamento das parcelas de curto prazo, a Companhia mantém aplicações financeiras no montante R\$1.039 (R\$954 em 31 de dezembro de 2014) registrados na rubrica, "aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados" no ativo não circulante.

(1) O contrato relativo ao Bradesco (CCB) possui cláusulas restritivas que em geral, requerem a manutenção de certos índices financeiros em determinados níveis. O descumprimento desses níveis pode implicar em vencimento antecipado das dívidas (vide nota explicativa nº 25 - Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos).

(2) Os contratos de financiamentos junto ao Citibank e Banco Itaú BBA, possuem proteção de swap cambial e instrumentos financeiros derivativos (vide nota explicativa nº 25).

Os financiamentos obtidos junto ao Finame estão garantidos pelos próprios equipamentos financiados.

A Companhia tem como prática alocar o pagamento de juros na atividade de financiamento na demonstração do fluxo de caixa.

Condições contratuais dos empréstimos e financiamentos em 30 de junho de 2015:

| Operação  | Vencimento   | Características da Operação |                    | Prazo Médio meses | Custo da Dívida |                          | TIR (Taxa efetiva de juros) | Ref |
|---|--------------|-----------------------------|--------------------|-------------------|-----------------|--------------------------|-----------------------------|-----|
|   |              | Periodicidade Amortização   | Garantias Reais    |                   | Indexador       | Tx. de Juros a.a         |                             |     |
| Fundo de Investimento em Direitos Creditórios- Grupo Energisa III | dez/20       | mensal, após dez.2017       | Recebíveis         | 66                | CDI             | + 0,70%                  | 6,27%                       |     |
| Eletrobrás - Luz para Todos - 1ª tranche                          | ago/17       | Mensal                      | Recebíveis         | 26                | RGR             | 5,0%                     | 2,50%                       |     |
| Eletrobrás - Luz para Todos - 1ª tranche (RJ)                     | ago/17       | Mensal                      | Recebíveis         | 26                | RGR             | 5,0%                     | 2,50%                       |     |
| Eletrobrás - Luz para Todos - 2ª tranche                          | dez/19       | Mensal                      | Recebíveis         | 54                | RGR             | 5,0%                     | 2,50%                       |     |
| Eletrobrás - subtransmissão                                       | fev/18       | Mensal                      | Recebíveis         | 32                | RGR             | 5,0%                     | 2,50%                       |     |
| Banco HSBC - repasse BNDES I                                      | mai/16       | Mensal                      | Aval Energisa S.A. | 11                | TJLP            | + 4,30%                  | 5,15%                       |     |
| Banco HSBC - repasse BNDES II                                     | mai/16       | mensal                      | Aval Energisa S.A. | 11                | UMBND           | + 4,30%+ juros variáveis | 2,21%                       |     |
| Banco HSBC - repasse BNDES III                                    | mai/16       | Mensal                      | Aval Energisa S.A. | 11                | TJLP            | + 3,90%                  | 4,95%                       |     |
| Banco ITAU BBA - repasse BNDES I                                  | jan/21       | Mensal                      | Aval Energisa S.A. | 67                | TJLP            | + 4,75%                  | 5,38%                       |     |
| Banco ITAU BBA - repasse BNDES II                                 | jan/21       | Mensal                      | Aval Energisa S.A. | 67                | UMBND           | + 3,75%+ juros variáveis | 1,94%                       |     |
| Banco ITAU BBA - repasse BNDES III                                | jan/21       | Mensal                      | Aval Energisa S.A. | 67                | TJLP            | + 5,95%                  | 5,98%                       |     |
| Banco ITAU BBA - repasse BNDES IV                                 | jan/21       | Mensal                      | Aval Energisa S.A. | 67                | pré-fixado      | 5,5%                     | 2,75%                       |     |
| Banco ITAU BBA - repasse BNDES PER                                | mar/16       | mensal                      | Aval Energisa S.A. | 9                 | pré-fixado      | 5,5%                     | 2,75%                       |     |
| Banco Itaú BBA - FINAME   | Até abr-2024 | Mensal                      | Aval Energisa S.A. | 106               | pré-fixado      | De 2,5% a 10%            | De 1,25% a 5,0%             |     |
| Caixa Econômica Federal - FINAME                                  | jan/22       | Mensal                      | Aval Energisa S.A. | 79                | pré-fixado      | 8,7%                     | 4,35%                       |     |
| Banco Bradesco - CCB  | nov/15       | anual                       | -                  | 5                 | CDI             | + 1,25%                  | 6,55%                       |     |
| Banco ITAU BBA - repasse BNDES Finem                              | dez/23       | mensal, após mar.2014       | Aval Energisa S.A. | 102               | TJLP            | + 2,25% a 4,15%          | 4,13% a 5,08%               |     |
| Nota Promissória Itaú   | jul/15       | Final                       | Aval Energisa S.A. | 1                 | CDI             | + 1,95%                  | 6,88%                       |     |
| Citibank  | mai/19       | Final                       | Aval Energisa S.A. | 47                | Libor           | + 1,36% a 1,77%          | 17,76% a 17,97%             | (1) |
| Banco Itaú BBA  | set/15       | Final                       | Aval Energisa S.A. | 3                 | Dólar           | + 2,95%                  | 18,29%                      | (1) |

(1) Possui swap.

Os principais indicadores utilizados para a atualização de empréstimos e financiamentos tiveram as seguintes variações percentuais no período/exercício:

| Moeda/indicadores | 30/06/2015 | 31/12/2014 |
|-------------------|------------|------------|
| US\$ x R\$        | 16,81%     | 13,39%     |
| TJLP              | 3,00%      | 5,00%      |
| SELIC             | 5,99%      | 10,90%     |
| CDI               | 5,92%      | 10,81%     |
| IPCA              | 6,17%      | 6,41%      |
| IGP-M             | 4,33%      | 3,67%      |
| LIBOR             | 0,27%      | 0,23%      |
| UMBND             | 0,06%      | 0,05%      |
| TR                | 0,64%      | 0,86%      |

Os financiamentos de longo prazo têm seus vencimentos assim programados:

|              | 30/06/2015     |
|--------------|----------------|
| 2016         | 5.216          |
| 2017         | 76.036         |
| 2018         | 28.915         |
| 2019         | 28.825         |
| Após 2019    | 18.674         |
| <b>Total</b> | <b>157.666</b> |

Seguem as movimentações ocorridas no período/exercício:

| Descrição   | 30/06/2015     | 31/12/2014     |
|---|----------------|----------------|
| Saldos em 31/12/2014 e 31/12/2013                         | 345.031        | 285.547        |
| Novos empréstimos e financiamentos obtidos                | 125.034        | 146.495        |
| Encargos de dívidas - juros, variação monetária e cambial | 46.481         | 40.467         |
| Pagamento de principal                                    | (162.110)      | (112.978)      |
| Pagamento de juros  | (10.289)       | (14.500)       |
| <b>Saldos em 30/06/2015 e 31/12/2014</b>                  | <b>344.147</b> | <b>345.031</b> |
| Circulante  | 186.481        | 246.819        |
| Não circulante  | 157.666        | 98.212         |

Os custos de captações dos financiamentos a serem amortizados nos exercícios subsequentes são como segue:

| Contratos   | 31/12/2015 | 31/12/2016 | 31/12/2017 em diante | Total      |
|---|------------|------------|----------------------|------------|
| Fundo de Investimento em Direitos Creditórios- Grupo Energisa III | 12         | 24         | 95                   | 131        |
| <b>Total</b>  | <b>12</b>  | <b>24</b>  | <b>95</b>            | <b>131</b> |

## 19 Tributos e Contribuições Sociais

|                  | 30/06/2015    | 31/12/2014    |
|------------------|---------------|---------------|
| ICMS             | 24.312        | 12.944        |
| Encargos Sociais | 916           | 787           |
| IRPJ             | 9.019         | 6.988         |
| CSSL             | 3.713         | 3.175         |
| PIS/COFINS       | 5.382         | 5.171         |
| IRRF             | 747           | 514           |
| Outros           | 1.033         | 724           |
| <b>Total</b>     | <b>45.122</b> | <b>30.303</b> |
| Circulante       | 33.898        | 20.683        |
| Não circulante   | 11.224        | 9.620         |

## 20 Provisões para riscos trabalhistas, cíveis e fiscais

A Administração da Companhia, fundamentada na opinião de seus consultores jurídicos, constituiu provisão para riscos de natureza trabalhistas e cíveis, como segue:

|                                    | Saldo inicial<br>31/12/2014 | Provisões<br>constituídas | Reversões<br>de provisões | Atualização | Saldo<br>30/06/2015 |
|------------------------------------|-----------------------------|---------------------------|---------------------------|-------------|---------------------|
| Trabalhistas                       | 2.675                       | 1.257                     | (1.683)                   | 136         | 2.385               |
| Cíveis                             | 3.091                       | 399                       | (618)                     | 190         | 3.062               |
| Fiscais                            | 232                         | 172                       | (72)                      | 19          | 351                 |
| <b>Total</b>                       | <b>5.998</b>                | <b>1.828</b>              | <b>(2.373)</b>            | <b>345</b>  | <b>5.798</b>        |
| Depósitos e cauções vinculados (*) | (1.543)                     |                           |                           |             | (1.932)             |

(\*) A Companhia possui depósitos e cauções vinculados no ativo não circulante, no montante de R\$3.289 (R\$1.785 em 31 de dezembro de 2014) dos quais R\$1.357 (R\$242 em 31 de dezembro de 2014), não foram constituídas provisões para riscos, pelo fato do prognóstico de êxito ser possível ou remoto.

No período findo em 30 de junho de 2015, foram pagos o montante de R\$3.041 (R\$1.119 em 31 de dezembro de 2014), sendo de indenizações trabalhistas R\$1.234 (R\$534 em 31 de dezembro de 2014) e de indenizações cíveis R\$1.807 (R\$585 em 31 de dezembro de 2014).

### Perdas prováveis

#### • Trabalhistas

A maioria dessas ações tem por objeto pedido de horas extras, equiparação salarial, FGTS e verbas contratuais/legais.

#### • Cíveis

Nos processos cíveis discutem-se principalmente indenizações por danos morais/materiais e reclamações de consumidores, envolvendo débitos de energia. Há também ações judiciais de consumidores reivindicando o reembolso de valores pagos à Companhia resultantes da majoração de tarifas com base nas portarias do DNAEE nº 38 e nº 45, aplicadas durante a vigência do Plano Cruzado no ano de 1986, tendo sido constituída à época.

#### • Fiscais

Refere-se basicamente Execução Fiscal nº 2007.100.001867-4, à qual foram apresentados os Embargos à Execução nº 2007.001.218816-8 pela Energisa Minas Gerais em busca da anulação de multa administrativa aplicada pela Secretaria de Estado de Defesa do Consumidor do RJ - PROCON. Em 2ª instância judicial, a multa foi mantida, reformando-se sentença de 1º Grau, que havia sido favorável à empresa.

A Administração entende que todas as provisões constituídas são suficientes para cobrir eventuais perdas com os processos em andamento. Com base na opinião de consultores jurídicos foram provisionados todos os processos judiciais, cuja probabilidade de desembolso futuro foi estimado como provável.

### Perdas possíveis

A Companhia possui processos de naturezas trabalhistas, cíveis e fiscais em andamento em um montante de R\$137.998 (R\$142.699 em 31 de dezembro de 2014), cuja probabilidade de êxito foi estimada pelos consultores jurídicos como possível, não requerendo a constituição de provisão.

Segue os comentários de nossos consultores jurídicos referente às ações consideradas com riscos possíveis:

#### • Trabalhistas

As ações judiciais de natureza trabalhistas no montante de R\$7.485 (R\$9.185 em 31 de dezembro de 2014), referem-se a discussões de ex-empregados que requerem recebimento de horas extras, de adicional de periculosidade, horas de sobreaviso, indenizações por danos decorrentes de acidente de trabalho, bem como

ações de ex-empregados de prestadores de serviços contratados pela Companhia reclamando responsabilidade subsidiária por verbas rescisórias, ocorrendo somente atualização monetária no período.

- **Cíveis**

As ações judiciais de natureza cível no montante de R\$86.777 (R\$89.514 em 31 de dezembro de 2014), referem-se, em sua grande maioria, a discussões sobre o valor de contas de energia elétrica, em que o consumidor requer a revisão ou o cancelamento da fatura; cobrança de danos materiais e morais pelo consumidor, decorrentes da suspensão do fornecimento de energia elétrica por falta de pagamento, por irregularidades nos aparelhos de medição ou decorrentes de variações de tensão elétrica ou de falta momentânea de energia; bem como a ações em que os consumidores pretendem a devolução de valores, em face dos reajustes tarifários determinados pelas Portarias nº 38 e nº 45/1986, do extinto Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica - DNAEE, durante o congelamento de preços no Plano Cruzado, além de multas regulatórias originárias de procedimentos de fiscalização do poder concedente que encontram-se em processo de defesa administrativa.

- **Fiscais**

As ações de natureza fiscais e tributárias no montante R\$43.736 (R\$44.000 em 31 de dezembro de 2014), refere-se basicamente a discussões sobre: (i) compensação e aproveitamento de créditos de ICMS de equipamentos para prestação dos serviços de distribuição e transmissão de energia a locados no ativo permanente da empresa, já tendo a comprovação obtida decisões favoráveis em 1ª, 2ª e 3ª instâncias, com transito em julgado em alguns processos; (ii) cobrança ICMS em decorrência de saída isenta e energia elétrica recebida ao abrigo do deferimento, o que viola a legislação vigente razão pela qual garantimos a execução e interpusemos embargos a execução na busca de afastar esta cobrança indevida, ocorrendo somente atualização monetária no período.

## 21 Patrimônio líquido

---

### 21.1 Capital social e reservas de capital

O capital social da Companhia é de R\$44.171 (R\$44.171 em 31 de dezembro de 2014), atribuídos a 450.712 ações ordinárias, todas sem valor nominal.

O capital social da Companhia poderá ser aumentado, por subscrição, independentemente de modificação estatutária até o limite de 600 mil ações, cabendo ao Conselho de Administração a deliberação sobre forma, condições da subscrição e integralização das ações bem como as características das ações a serem emitidas e o preço de emissão.

### 21.2 Dividendos

Através de Reunião Extraordinário do Conselho de Administração de 15/01/2015 e 19/03/2015 foram pagos dividendos no montante de R\$5.000 e R\$758, respectivamente.

## 22 Receita operacional

|  | 30/06/2015                                 |                |                         |                         | 30/06/2014                                 |                |                         |                         |
|--|--|----------------|-------------------------|-------------------------|--|----------------|-------------------------|-------------------------|
|  | Não revisado pelos auditores independentes |                | 01/04/2015 à 30/06/2015 | 01/01/2015 à 30/06/2015 | Não revisado pelos auditores independentes |                | 01/04/2014 à 30/06/2014 | 01/01/2014 à 30/06/2014 |
|  | Nº de consumidores                         | MWh            | R\$                     | R\$                     | Nº de consumidores                         | MWh            | R\$                     | R\$                     |
| Residencial  | 318.986                                    | 250.476        | 87.828                  | 171.236                 | 310.712                                    | 242.037        | 57.750                  | 122.851                 |
| Industrial   | 3.652                                      | 86.390         | 25.175                  | 47.018                  | 3.702                                      | 83.732         | 16.318                  | 32.977                  |
| Comercial  | 35.075                                     | 123.217        | 46.799                  | 86.497                  | 34.632                                     | 120.502        | 35.825                  | 69.089                  |
| Rural  | 67.513                                     | 83.254         | 30.448                  | 50.846                  | 66.246                                     | 80.808         | 24.113                  | 42.283                  |
| Poder Público:   |  |                |                         |                         |  |                |                         |                         |
| Federal  | 63   | 250            | 80                      | 151                     | 64   | 252            | 55                      | 112                     |
| Estadual   | 554  | 5.288          | 1.683                   | 3.191                   | 559  | 5.339          | 1.169                   | 2.392                   |
| Municipal  | 3.433                                      | 11.139         | 3.542                   | 6.712                   | 3.466                                      | 11.247         | 2.456                   | 5.030                   |
| Iluminação Pública   | 256  | 38.496         | 8.024                   | 13.837                  | 254  | 37.501         | 5.183                   | 10.303                  |
| Serviço Público  | 591  | 18.727         | 5.799                   | 10.320                  | 569  | 19.335         | 4.175                   | 8.035                   |
| Consumo Próprio  | 119  | 1.970          | -                       | -                       | 113  | 1.881          | -                       | -                       |
| <b>Subtotal</b>  | <b>430.242</b>                             | <b>619.207</b> | <b>209.378</b>          | <b>389.808</b>          | <b>420.317</b>                             | <b>602.634</b> | <b>147.044</b>          | <b>293.072</b>          |
| Receita de Remuneração dos Ativos de Concessão               | -  | -              | 5.665                   | 11.213                  | -  | -              | 4.166                   | 8.243                   |
| Suprimento   | -  | 46.289         | 1.041                   | 1.840                   | -  | -              | 27                      | 27                      |
| Fornecimento não faturado (líquido)                          | -  | (8.211)        | (3.406)                 | 1.563                   | -  | (2.733)        | (467)                   | (1.189)                 |
| Disponibilização do sistema de transmissão e de distribuição | 33   | -              | 15.258                  | 25.885                  | 32   | -              | 6.821                   | 14.156                  |
| Receita de Construção (1)                                    | -  | -              | 18.431                  | 28.473                  | -  | -              | 10.723                  | 18.143                  |
| Ativos e Passivos regulatórios - CVA (2)                     | -  | -              | 5.857                   | (2.491)                 | -  | -              | -                       | -                       |
| Outras receitas operacionais                                 | -  | -              | 1.382                   | 3.056                   | -  | -              | 1.161                   | 2.223                   |
| <b>Total - receita operacional bruta</b>                     | <b>430.275</b>                             | <b>657.285</b> | <b>253.606</b>          | <b>459.347</b>          | <b>420.349</b>                             | <b>599.901</b> | <b>169.475</b>          | <b>334.675</b>          |
| Deduções da receita operacional                              |  |                |                         |                         |  |                |                         |                         |
| ICMS   | -  | -              | 44.950                  | 86.423                  | -  | -              | 28.042                  | 59.400                  |
| PIS  | -  | -              | 3.458                   | 6.684                   | -  | -              | 2.619                   | 5.221                   |
| COFINS   | -  | -              | 15.928                  | 30.785                  | -  | -              | 12.064                  | 24.048                  |
| ISS  | -  | -              | 27                      | 56                      | -  | -              | 13                      | 24                      |
| Programa de Eficiência Energética - PEE                      | -  | -              | 609                     | 1.198                   | -  | -              | 563                     | 1.104                   |
| Conta de Desenvolvimento Energético - CDE                    | -  | -              | 28.450                  | 39.345                  | -  | -              | 1.829                   | 3.134                   |
| Receitas de Ultrapassagem de Demanda e Energia               | -  | -              | 422                     | 923                     | -  | -              | 443                     | 1.387                   |
| Encargo do Consumidor - Bandeiras Tarifárias                 | -  | -              | 15.677                  | 25.003                  | -  | -              | -                       | -                       |
| Programa de Eficiência e Desenvolvimento - P&D               | -  | -              | 607                     | 1.198                   | -  | -              | 564                     | 1.105                   |
| <b>Total</b>   | <b>-</b>                                   | <b>-</b>       | <b>110.128</b>          | <b>191.615</b>          | <b>-</b>                                   | <b>-</b>       | <b>46.137</b>           | <b>95.423</b>           |
| <b>Total - receita operacional líquida</b>                   | <b>430.275</b>                             | <b>657.285</b> | <b>143.478</b>          | <b>267.732</b>          | <b>420.349</b>                             | <b>599.901</b> | <b>123.338</b>          | <b>239.252</b>          |

(1) A receita de construção está representada pelo mesmo montante em custo de construção. Tais valores são de reconhecimento obrigatório pela ICPC 01 - Contratos de Concessão e correspondem a custo de construção de obras de ativos da concessão de distribuição de energia elétrica.

(2) Refere-se ao montante de ativos e passivos regulatórios reconhecidos no período findo em 30 de junho de 2015 de acordo com a Deliberação CVM nº 732/14 e Comunicado Técnico Ibracon nº 05/2014.

## 23 Energia Elétrica comprada para revenda

|   | MWH (***)      |                | Energia elétrica comprada p/revenda |                               |                               |                               |
|---|----------------|----------------|-------------------------------------|-------------------------------|-------------------------------|-------------------------------|
|   | 30/06/2015     | 30/06/2014     | 01/04/2015<br>a<br>30/06/2015       | 01/01/2015<br>a<br>30/06/2015 | 01/04/2014<br>a<br>30/06/2014 | 01/01/2014<br>a<br>30/06/2014 |
| Energia de Itaipú - Binacional                            | 132.537        | 144.358        | 16.782                              | 31.149                        | 9.164                         | 18.545                        |
| Energia de leilão   | 129.488        | 46.364         | 9.811                               | 25.615                        | 6.393                         | 10.536                        |
| Energia bilateral   | 350.563        | 325.254        | 42.451                              | 83.510                        | 32.014                        | 67.024                        |
| Cotas de Angra REN 530/12                                 | 24.302         | 24.204         | 2.082                               | 4.086                         | 1.815                         | 3.630                         |
| Energia de curto prazo - CCEE                             | 3.289          | 45.938         | 1.197                               | 4.658                         | 10.983                        | 30.416                        |
| Cotas Garantia Física-Res. Homol. ANEEL 1410 - Anexo I    | 91.135         | 84.212         | 1.444                               | 2.898                         | 1.396                         | 2.842                         |
| Programa incentivo fontes alternativas energia - PROINFA  | 14.354         | 13.364         | 2.202                               | 4.404                         | 2.151                         | 4.303                         |
| Ressarcimento pela exposição térmica (*)                  | -              | -              | -                                   | (11.534)                      | (8.336)                       | (24.705)                      |
| Reembolso do Fundo CDE - bandeira tarifária (**)          | -              | -              | (4.243)                             | (7.563)                       | -                             | -                             |
| (-) Parcela a compensar crédito PIS/COFINS não cumulativo | -              | -              | (5.994)                             | (12.870)                      | (4.697)                       | (9.488)                       |
| <b>Total</b>  | <b>745.668</b> | <b>683.694</b> | <b>65.732</b>                       | <b>124.353</b>                | <b>50.883</b>                 | <b>103.103</b>                |

(\*) Através do Decreto presidencial n.º 8.221, foi criada a Conta no Ambiente de Contratação Regulada (CONTA-ACR), destinada a cobrir, total ou parcialmente, as despesas incorridas pelas concessionárias de serviço público de distribuição de energia elétrica em decorrência de: (i) exposição involuntária no mercado de curto prazo; e (ii) despacho de usinas termelétricas vinculadas a Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado - CCEAR, na modalidade por disponibilidade de energia elétrica.

Em março de 2015 a Aneel homologou os valores através do Despacho nº 773 de 27 de março de 2015 no montante de R\$11.534

Os valores referentes ao Despacho de março de 2015, foram repassados pela CCEE nas contas correntes vinculadas ao aporte de garantias financeiras do mercado de curto prazo das concessionárias.

Os montantes foram registrados no resultado como redução de custo de energia comprada e sobre eles foram registrados encargos de PIS e COFINS.

(\*\*) A partir de janeiro de 2015, as contas de energia tiveram a aplicação do Sistema de Bandeiras Tarifárias. O acionamento da bandeira tarifária será sinalizado mensalmente pela ANEEL, de acordo com as informações prestadas pelo Operador Nacional do Sistema - ONS, conforme a capacidade de geração de energia elétrica no país.

A ANEEL, através do Ofício nº 185 de 08/04/2015 estabeleceu novos procedimentos contábeis para registro das Receitas Adicionais das Bandeiras Tarifárias. Pela alteração proposta, os montantes das bandeiras passam a ser registrados nas rubricas Encargos do consumidor - Bandeira Tarifária e Reembolso do Fundo CDE - Bandeira Tarifária. No período foram contabilizados R\$7.563, como redutor de energia comprada, e R\$25.003 como deduções da receita operacional.

Para os meses de janeiro a maio de 2015 a Aneel já homologou os valores conforme abaixo:

| Meses        | Despacho                             | Valor           |
|--------------|--------------------------------------|-----------------|
| Janeiro      | Despacho 583 de 4 de março de 2015   | (1.033)         |
| Fevereiro    | Despacho 829 de 30 de março de 2015  | (1.768)         |
| Março        | Despacho 1356 de 4 de maio de 2015   | (2.975)         |
| Abril        | Despacho 1743 de 29 de maio de 2015  | (2.904)         |
| Maio         | Despacho 2131 de 30 de junho de 2015 | (5.063)         |
| Junho        | Valor a ser homologado               | (3.697)         |
| <b>Total</b> |                                      | <b>(17.440)</b> |

Sobre esses montantes foram registrados de PIS e COFINS.

(\*\*\*) Não revisado pelos auditores independentes.

## 24 Cobertura de seguros

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos aos riscos para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. Os seguros da Companhia são contratados conforme os preceitos de gerenciamento de riscos e seguros geralmente empregados por empresas de distribuição de energia elétrica. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo da revisão das informações financeiras intermediárias e, conseqüentemente, não foram revisadas pelos nossos auditores independentes.

As apólices de riscos nomeados e responsabilidade civil são contratadas em conjunto com as demais empresas do Grupo Energisa, sendo o limite máximo de indenização os montantes constantes da cobertura securitária.

As principais coberturas são:

| Ramos  | Data de Vencimento | Importância Segurada | Prêmio Anual            |
|--|--------------------|----------------------|-------------------------|
|  |                    |                      | 30/06/2015 e 31/12/2014 |
| Risco Operacional                                    | 23/10/2015         | 35.606               | 303                     |
| Responsabilidade Civil Geral                         | 23/10/2015         | 50.600               | 131                     |
| Automóveis - Danos Materiais e Corporais a Terceiros | 23/10/2015         | até R\$360 / veículo | 94                      |
| Vida em Grupo - Morte e Acidentes Pessoais           | 31/12/2015         | 52.468               | 233                     |

761

### Risco Operacional

Na apólice contratada foram destacadas as subestações, prédios e equipamentos com seus respectivos valores segurados e seus limites máximos de indenização. Possui cobertura securitária básica tais como incêndio, raio e explosão de qualquer natureza, danos elétricos, queda de aeronave, impacto de veículo aéreo e terrestre, tumultos, riscos diversos, equipamentos móveis, alagamento/inundação, pequenas obras de engenharia, despesas extraordinárias, inclusão / exclusão de Bens e locais, erros e omissões.

### Responsabilidade Civil Geral

Apólice contratada possuindo cobertura securitária para Danos Morais, Materiais e Corporais causados a terceiros em decorrência das operações da Companhia.

### Frota

A Companhia mantém cobertura securitária para RCF/V - Responsabilidade Civil Facultativa/Veículos, garantindo aos terceiros envolvidos em sinistros, cobertura de danos pessoais e/ou materiais incorridos.

### Vida em Grupo e Acidentes Pessoais

Garante cobertura securitária no caso de morte por qualquer causa, invalidez permanente total ou parcial por acidente e invalidez funcional permanente de seus empregados.



## 25 Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos

Abaixo, são comparados os valores contábeis e valor justo dos principais ativos e passivos de instrumentos financeiros:

| ATIVO  | 30/06/2015 |             | 31/12/2014 |             |
|--|------------|-------------|------------|-------------|
|  | Contábil   | Valor justo | Contábil   | Valor justo |
| Caixa e equivalente de caixa                                   | 19.234     | 19.234      | 19.882     | 19.882      |
| Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados | 8.656      | 8.656       | 1.118      | 1.118       |
| Clientes   | 103.140    | 103.140     | 78.553     | 78.553      |
| Títulos de créditos a receber                                  | 3.448      | 3.448       | 2.569      | 2.569       |
| Conta a receber da concessão                                   | 348.584    | 348.584     | 329.497    | 329.497     |
| Ativos regulatórios líquidos                                   | 7.955      | 7.955       | 10.468     | 10.468      |
| Instrumentos financeiros derivativos                           | 41.676     | 41.676      | 21.556     | 21.556      |
| <b>PASSIVO</b>   |            |             |            |             |
| Fornecedores   | 46.716     | 46.716      | 45.688     | 45.688      |
| Empréstimos, financiamentos, encargos de dívidas               | 344.147    | 344.147     | 345.031    | 345.031     |
| Instrumentos financeiros derivativos                           | 1.826      | 1.826       | -          | -           |

Em atendimento à Instrução CVM nº 475/2008 e à Deliberação nº 604/2009, a descrição dos saldos contábeis e do valor justo dos instrumentos financeiros inclusos no balanço patrimonial em 30 de junho de 2015, estão identificadas a seguir:

### Não derivativos - classificação e mensuração

#### Empréstimos e recebíveis

Incluem clientes, consumidores e concessionárias, títulos de créditos a receber, outros créditos, contas a receber da concessão e ativos regulatórios. São inicialmente mensurados pelo custo amortizado, usando-se a taxa de juros efetiva, sendo seus saldos aproximados ao valor justo.

#### Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados

Os saldos das aplicações financeiras em Certificados de Depósitos Bancários e fundos de investimentos são avaliados ao seu valor justo por meio do resultado, exceto se mantidos até o vencimento, quando a Companhia manifestar intenção e capacidade financeira para mantê-los até o vencimento. Após a avaliação inicial, esses ativos são avaliados ao custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, menos perdas por redução ao valor recuperável.

#### Ativos financeiros disponíveis para venda

Os ativos financeiros disponíveis para venda são aqueles ativos financeiros não derivativos que não são classificados como: (a) empréstimos e recebíveis, (b) investimentos mantidos até o vencimento ou (c) ativos financeiros pelo valor justo por meio do resultado.

Após mensuração inicial, ativos financeiros disponíveis para venda são mensurados a valor justo, com ganhos e perdas não realizados reconhecidos diretamente dentro dos outros resultados abrangentes até a baixa do investimento, com exceção das perdas por redução ao valor recuperável, dos juros calculados utilizando o método de juros efetivos e dos ganhos ou perdas com variação cambial sobre ativos monetários que são reconhecidos diretamente no resultado do exercício.

#### Passivos financeiros pelo custo amortizado

Fornecedores - são mensurados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridos até a data do balanço, sendo o seu valor contábil aproximado de seu valor justo.

Empréstimos, financiamentos, encargos de dívidas e debêntures - Os instrumentos financeiros estão classificados como passivos financeiros ao custo amortizado. Os valores contábeis dos empréstimos e financiamentos vinculados aos investimentos das distribuidoras obtidos em moeda nacional, junto a Eletrobrás, BNDES e empréstimos com bancos comerciais, se aproximam de seus respectivos valores justos, já que operações similares não estão disponíveis no mercado financeiro, com vencimentos e taxas de juros comparáveis. O valor justo dos passivos financeiros que são negociados em mercados ativos é determinado com base nos preços observados nesses mercados (fonte: CETIP). Para os instrumentos financeiros sem mercado ativo, sendo esse FIDC, a Companhia estabeleceu o seu valor justo como sendo equivalente ao valor contábil do instrumento.

#### Derivativos

O valor justo estimado de ativos e passivos financeiros foi determinado por meio de informações disponíveis no mercado e por metodologias apropriadas de avaliação.

A Companhia tem como política o gerenciamento dos riscos, evitando assumir posições relevantes expostas a flutuações de valor justo. Nesse sentido, buscam operar instrumentos que permitam maior controle de riscos. Os contratos de derivativos são efetuados com operações de *swap* e opções envolvendo juros e taxa de câmbio, visando eliminar a exposição à variação do dólar além de adequação do custo das dívidas de acordo com o direcionamento do mercado.

As operações de proteção contra variações cambiais adversas requerem monitoramento constante, de forma a preservar a eficiência das suas estruturas. As operações vigentes são passíveis de reestruturação a qualquer tempo e podem ser objeto de operações complementares ou reversas, visando reduzir eventuais riscos de perdas relevantes.

- **Incertezas**

Os valores foram estimados na data do balanço, baseados em informações disponíveis no mercado e por metodologias apropriadas de avaliações. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa mais adequada do valor justo. Como consequência, as estimativas utilizadas e apresentadas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente.

- **Administração financeira de risco**

O Conselho de Administração tem responsabilidade geral pelo estabelecimento e supervisão do modelo de administração de risco da Companhia. Assim, fixou limites de atuação da Companhia com montantes e indicadores preestabelecidos na “Política de Gestão de Riscos decorrentes do Mercado Financeiro” (revista anualmente e disponível na web site da Companhia, tendo sido a última revisão em 23/12/2014) e nos regimentos internos da diretoria da Companhia.

A gestão de risco da Companhia visa identificar, analisar e monitorar riscos enfrentados, para estabelecer limites e mesmo checar a aderência aos mesmos. As políticas de gerenciamento de riscos e sistemas são revisadas regularmente, a fim de avaliar mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. A Diretoria tem como prática reportar mensalmente a performance orçamentária e os fatores de riscos que envolvem a Companhia.

A Companhia conta com serviços de empresa especializada e independente na gestão de risco de caixa e dívida, de modo que é procedido monitoramento diário sobre o comportamento dos principais indicadores macroeconômicos e seus impactos nos resultados, em especial nas operações de derivativos. Este trabalho permite definir estratégias de contratação e reposicionamento, visando menores riscos e melhor resultado financeiro.

## Gestão de risco de capital

O índice de endividamento no final do período/exercício é o seguinte:

|  | 30/06/2015     | 31/12/2014     |
|--|----------------|----------------|
| Dívida (a)                             | 344.147        | 345.031        |
| Caixa e equivalentes de caixa          | (19.234)       | (19.882)       |
| <b>Dívida líquida</b>                  | <b>324.913</b> | <b>325.149</b> |
| Patrimônio líquido (b)                 | 154.910        | 91.253         |
| <b>Índice de endividamento líquido</b> | <b>2,10</b>    | <b>3,56</b>    |

(a) A dívida é definida como empréstimos e financiamentos de curto e longo prazos (excluindo derivativos e contratos de garantia financeira), conforme detalhado nas notas explicativas nº 18.

(b) O patrimônio líquido inclui todo o capital, as reservas da Companhia e os recursos destinados ao futuro aumento de capital, gerenciados como capital.

### a) Risco de liquidez

A administração, através do fluxo de caixa projetado, programa suas obrigações que geram passivos financeiros ao fluxo de seus recebimentos ou de fontes de financiamentos de forma a garantir o máximo possível a liquidez, para cumprir com suas obrigações, evitando inadimplências que prejudiquem o andamento das operações da Companhia.

A seguir, apresentamos a estratificação dos passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados. Não é esperado que possam ocorrer alterações significantes nos fluxos de caixa incluídos nesta análise.

|  | Taxa média de juros efetiva ponderada (%) | Até 6 meses    | 6 a 12 meses | 1 a 3 anos     | 3 a 5 anos    | Mais de 5 anos | Total          |
|--|---|----------------|--------------|----------------|---------------|----------------|----------------|
| Fornecedores   | -   | 45.972         | -            | -              | -             | 744            | 46.715         |
| Empréstimos financiamentos, encargos de dívidas e debêntures | 13,70%                                    | 187.717        | 9.636        | 114.149        | 58.851        | 13.974         | 384.327        |
| <b>Total</b>   |   | <b>233.688</b> | <b>9.636</b> | <b>114.149</b> | <b>58.851</b> | <b>14.718</b>  | <b>431.042</b> |

### b) Risco de crédito

A Administração avalia que os riscos das aplicações financeiras de suas disponibilidades são reduzidos, em função de não haver concentração e as operações serem realizadas com bancos de percepção de risco aderentes à "Política de Gestão de Riscos decorrentes do Mercado Financeiro". Constituído no primeiro trimestre de 2010, o Comitê de Auditoria do Conselho de Administração tem a função de supervisionar se a administração do grupo vem seguindo as regras e princípios estabelecidos na política.

O risco de crédito, principalmente das distribuidoras de energia elétrica da Companhia, é representado por contas a receber, o que, no entanto, é atenuado por vendas a uma base pulverizada de clientes e por prerrogativas legais para suspensão da prestação de serviços a clientes inadimplentes. Adicionalmente, parte dos valores a receber relativos às transações de venda, compra de energia e encargos de serviço do sistema, realizados no âmbito da CCEE, está sujeita a modificações, dependendo de decisões de processos judiciais ainda em andamento, movidos por algumas empresas do setor. Esses processos decorrem da interpretação de regras do mercado, vigentes entre junho de 2001 e fevereiro de 2002, período do Programa Emergencial de Redução de Energia Elétrica.

## Exposição a riscos de crédito

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das informações financeiras intermediárias foi:

|  | 30/06/2015 | 31/12/2014 |
|--|------------|------------|
| Caixa e equivalente de caixa                                   | 19.234     | 19.882     |
| Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados | 8.656      | 1.118      |
| Clientes   | 103.140    | 78.553     |
| Títulos de créditos a receber e outros                         | 3.448      | 2.569      |
| Ativos regulatórios líquidos                                   | 7.955      | 10.468     |
| Conta a receber da concessão                                   | 348.584    | 329.497    |
| Instrumentos financeiros derivativos                           | 41.676     | 21.556     |

O detalhamento desses créditos está apresentado nas notas explicativas nº 5, 6, 7, 11, 15 e 25.

### c) Risco de mercado: taxa de juros e de câmbio

Parte dos empréstimos e financiamentos em moeda nacional, apresentados na nota explicativa nº 18, é composta de financiamentos obtidos junto a diversos agentes de fomento nacional (Eletrobrás e BNDES) e outras instituições do mercado de capitais. A taxa de juros é definida por estes agentes, levando em conta os juros básicos, o prêmio de risco compatível com as empresas financiadas, suas garantias e o setor no qual estão inseridas. Na impossibilidade de buscar alternativas ou diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias para suas estimativas, em face dos negócios e às peculiaridades setoriais, esses são mensurados pelo “método do custo amortizado” com base em suas taxas contratuais.

Os resultados da Companhia são suscetíveis a variações, em função dos efeitos da volatilidade da taxa de câmbio sobre as operações de vendas de opções vinculadas aos swaps dos passivos atrelados a moedas estrangeiras, principalmente ao dólar norte-americano. A taxa de câmbio do dólar norte-americano encerrou o período findo em 30 de junho de 2015 com alta de 16,81% sobre 31 de dezembro de 2014, cotado a R\$3,1026/USD. A volatilidade do dólar norte-americano em 30 de junho de 2015 era de 17,57%, enquanto em 31 de dezembro de 2014 era de 14,33%.

Do montante das dívidas bancárias de emissões da Companhia de R\$344.278 (R\$345.205 em 31 de dezembro de 2014), R\$189.467 (R\$200.433 em 31 de dezembro de 2014) estão representados em dólares, provenientes de:

- (i) US\$30,9 milhões de empréstimo captado junto ao Citibank (US\$30,9 de principal); e
- (ii) US\$ 30,3 milhões de empréstimo com o Banco Itaú BBA (US\$30 milhões de principal).

Os empréstimos têm custos de até VC + 3,93% ao ano e possuem vencimentos de curto e longo prazo 21 de setembro de 2015 e 28 de maio de 2019, respectivamente.

O balanço patrimonial em 30 de junho de 2015 apresenta R\$31.978 (R\$19.681 em 31 de dezembro de 2014) no ativo circulante, R\$9.698 (R\$1.875 em 31 de dezembro de 2014) no ativo não circulante e R\$1.826 no passivo não circulante, a título de marcação a mercado dos instrumentos financeiros derivativos atrelados ao câmbio e aos juros, originados da combinação de fatores usualmente adotados para precificação a mercado de instrumentos dessa natureza, como volatilidade, cupom cambial, taxa de juros e cotação do dólar. Não se trata de valores materializados, pois refletem os valores da reversão dos derivativos na data de apuração, o que não corresponde ao objetivo de proteção das operações de hedge e não reflete a expectativa da Administração. À medida que os limitadores estabelecidos para as operações vigentes não forem ultrapassados, conforme abaixo descrito, deverá ocorrer a reversão do lançamento de marcação a mercado ora refletido nas informações financeiras intermediárias. Por outro lado, uma maior deterioração da volatilidade, do cupom cambial e da cotação do dólar poderão implicar no aumento dos valores ora contabilizados.

A Administração da Companhia permanece atenta aos movimentos de mercado, de forma que estas operações poderão ter sua proteção reestruturada e mesmo seus prazos alongados, a depender do comportamento do câmbio (R\$/US\$), no que diz respeito à volatilidade e patamar de estabilização. A Administração da Companhia procedeu com a substituição dos derivativos mais complexos por estruturas mais simples e de maior liquidez, buscando menor exposição ao risco.

| Operação                      | Notional (USD) | Custo Financeiro (ao ano) | Vencimento | Limitador |
|-------------------------------|----------------|---------------------------|------------|-----------|
| Loan 4131<br>Itaú BBA x EMG 3 | 30.000         |                           | 21/09/2015 | -         |
| P. Ativa                      |                | VC + 3,93%                |            |           |
| P. Passiva                    |                | 101,50% CDI               |            |           |
| Loan 4131<br>Citibank x EMG 4 | 16.450         |                           | 28/09/2017 | -         |
| P. Ativa                      |                | LIBOR + 1,36%             |            |           |
| P. Passiva                    |                | 113,90% CDI               |            |           |
| Loan 4131<br>Citibank x EMG 6 | 14.344         |                           | 28/05/2019 | -         |
| P. Ativa                      |                | LIBOR + 1,71%             |            |           |
| P. Passiva                    |                | CDI + 1,85%               |            |           |

Em consonância com a Deliberação CVM 603/09, apresentam-se abaixo os valores dos instrumentos financeiros derivativos da Companhia, vigentes em 30 de junho de 2015 e 31 de dezembro de 2014, que podem ser assim resumidos:

|  | Valor de Referência |            | Descrição                         | Valor Justo   |               |
|--|---------------------|------------|-----------------------------------|---------------|---------------|
|  | 30/06/2015          | 31/12/2014 |                                   | 30/06/2015    | 31/12/2014    |
| Swap Cambial<br>Citibank e Itaú<br>BBA | 146.017             | 170.993    | <b>Posição Ativa</b>              |               |               |
|  |                     |            | Moeda Estrangeira - USD e Libor   | 191.932       | 201.324       |
|  |                     |            | <b>Posição Passiva</b>            |               |               |
|  |                     |            | Taxa de Juros CDI                 | (152.082)     | (176.553)     |
|  |                     |            | Opções de Moeda Estrangeira - USD | -             | (3.215)       |
|  |                     |            | <b>Posição Total</b>              | <b>39.850</b> | <b>21.556</b> |

O Valor Justo dos derivativos efetuados pela Companhia em 30 de junho de 2015 e 31 de dezembro de 2014 foi apurado com base nas cotações de mercado para contratos com condições similares. Suas variações estão diretamente associadas às variações dos saldos das dívidas relacionadas na nota explicativa nº 18 e ao bom desempenho dos mecanismos de proteção utilizados, descritos acima. A Companhia não tem por objetivo liquidar esses contratos antes dos seus vencimentos, bem como possuem expectativa distinta quanto aos resultados apresentados como Valor Justo - conforme abaixo demonstrado. Para uma perfeita gestão, é procedido monitoramento diário, com o intuito de preservar menores riscos e melhores resultados financeiros.

A marcação a mercado (MtM) das operações da Companhia foi calculada utilizando metodologia geralmente empregada e conhecida pelo mercado. A metodologia consiste basicamente em calcular o valor futuro das operações, utilizando as taxas acordadas em cada contrato, descontando a valor presente pelas taxas de mercado. No caso das opções, é utilizado para cálculo do MtM uma variante da fórmula de Black & Scholes, destinada ao cálculo do prêmio de opções sobre moeda. Os dados utilizados nesses cálculos foram obtidos de fontes consideradas confiáveis. As taxas de mercado, como a taxa Pré e o Cupom de Dólar, foram obtidas diretamente do site da BM&F (Taxas de Mercado para Swaps). A taxa de câmbio (Ptax) foi obtida do site do Banco Central. No caso das opções, as volatilidades implícitas de dólar também foram obtidas na BM&F.

## Análise de Sensibilidade

De acordo com a Instrução CVM 475/08, a Companhia realizou análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais os instrumentos financeiros e derivativos estão expostos, conforme demonstrado:

### a) Variação cambial

Considerando a manutenção da exposição cambial de 30 de junho de 2015, com a simulação dos efeitos nas demonstrações financeiras futuras, por tipo de instrumento financeiro e para três cenários distintos, seriam obtidos os seguintes resultados (ajustados a valor presente para a data base das informações financeiras intermediárias):

| Operação                                  | Exposição     | Risco    | Cenário I<br>(Provável) (*) | Cenário II<br>(Deterioração de 25%) | Cenário III<br>(Deterioração de 50%) |
|---|---------------|----------|-----------------------------|-------------------------------------|--------------------------------------|
| Instrumentos financeiros -<br>Empréstimos | -             |          | 14.258                      | (30.160)                            | (74.579)                             |
| Swap Cambial                              |               |          |                             |                                     |                                      |
| <b>Posição Ativa</b>                      |               |          |                             |                                     |                                      |
| Moeda Estrangeira - USD e LIBOR           | 191.932       | Alta USD | 177.674                     | 222.092                             | 266.511                              |
| <b>Posição Passiva</b>                    |               |          |                             |                                     |                                      |
| Taxa de Juros CDI                         | (152.082)     |          | (152.082)                   | (152.082)                           | (152.082)                            |
| <b>Subtotal</b>                           | <b>39.850</b> |          | <b>25.592</b>               | <b>70.010</b>                       | <b>114.429</b>                       |
| <b>Total</b>                              | <b>39.850</b> |          | <b>39.850</b>               | <b>39.850</b>                       | <b>39.850</b>                        |

(\*) Considera o cenário macroeconômico da Pesquisa Focus vigente em 30 de junho de 2015, para as datas futuras até a liquidação final das operações.

Os derivativos no "Cenário Provável", calculados com base na análise líquida das operações acima apresentadas até o vencimento das mesmas, ajustadas a valor presente pela taxa pré-fixada brasileira em reais para 30 de junho de 2015, atingem seu objetivo na plenitude, o que é refletido no valor presente positivo de R\$39.850, que serve para mostrar a efetividade da mitigação das variações cambiais adversas das dívidas existentes. Neste sentido, quanto maior a deterioração do câmbio (variável de risco considerada), e desde que os limitadores dos instrumentos financeiros derivativos não sejam ultrapassados, o que faria com que a Companhia ficasse sem proteção, maiores serão os resultados positivos dos swaps. Por outro lado, com os cenários de deterioração do real frente ao dólar, de 25% e 50%, observaríamos períodos de ultrapassagem de alguns dos limitadores atualmente vigentes, levando a valor presente positivo de R\$39.850 em ambos os casos.

### b) Variação das taxas de juros

Considerando que o cenário de exposição dos instrumentos financeiros indexados às taxas de juros de 30 de junho de 2015 seja mantido e que os respectivos indexadores anuais acumulados sejam (CDI = 13,64%, TJLP = 6,0% ao ano) e caso ocorram oscilações nos índices de acordo com os três cenários definidos, o resultado financeiro líquido seria impactado em:

| Instrumentos  | Exposição<br>(R\$ mil) | Risco     | Cenário I<br>(Provável) (*) | Cenário II (Deterioração<br>de 25%) | Cenário III (Deterioração<br>de 50%) |
|---|------------------------|-----------|-----------------------------|-------------------------------------|--------------------------------------|
| Instrumentos financeiros ativos:                                  |                        |           |                             |                                     |                                      |
| Aplicações financeiras no mercado aberto<br>e recursos vinculados | 15.312                 | Alta CDI  | 521                         | 643                                 | 763                                  |
| Instrumentos financeiros passivos:                                |                        |           |                             |                                     |                                      |
| Swap  | (189.467)              | Alta CDI  | (6.042)                     | (7.469)                             | (8.865)                              |
| Empréstimos, financiamentos e<br>debêntures.                      | (95.168)               | Alta CDI  | (3.199)                     | (3.952)                             | (4.688)                              |
|   | (26.931)               | Alta TJLP | (427)                       | (531)                               | (634)                                |
| <b>Subtotal (**)</b>  | <b>(311.566)</b>       |           | <b>(9.668)</b>              | <b>(11.952)</b>                     | <b>(14.187)</b>                      |
| <b>Total - (Perdas)</b>   | <b>(296.254)</b>       |           | <b>(9.147)</b>              | <b>(11.309)</b>                     | <b>(13.424)</b>                      |

(\*) Considera o CDI de 30 de setembro de 2015 (14,14 % ao ano), cotação das estimativas apresentadas pela recente Pesquisa do BACEN, datada de 30 de junho de 2015, TJLP 6,5% ao ano.

(\*\*) Não inclui as operações pré-fixadas no valor de R\$32.712.

## Hierarquia de valor justo

A tabela abaixo apresenta instrumentos financeiros registrados pelo valor justo, utilizando um método de avaliação.

Os diferentes níveis foram definidos como a seguir:

- Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos
- Nível 2 - Inputs, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços)
- Nível 3 - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

| Instrumentos financeiros Ativos                                | Nível | 30/06/2015 | 31/12/2014 |
|--|-------|------------|------------|
| Caixa e equivalente de caixa                                   | 2     | 19.234     | 19.882     |
| Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados | 2     | 8.656      | 1.118      |
| Clientes   | 2     | 103.140    | 78.553     |
| Títulos de créditos a receber                                  | 2     | 3.448      | 2.569      |
| Instrumentos financeiros derivativos                           | 2     | 41.676     | 21.556     |
| Contas a receber da concessão                                  | 3     | 348.584    | 329.497    |
| Ativos regulatórios líquidos                                   | 3     | 7.955      | 10.468     |

## 26 Benefícios a empregados

### • Plano de suplementação de aposentadoria e pensões

A Energisa MG é patrocinadora de plano de benefícios previdenciários aos seus empregados, na modalidade de contribuição definida (CD) e também possui plano de benefícios definidos (BD), que desde 1997 não é permitido o ingresso de novos participantes e os atuais participantes, estão na condição de assistidos. Para este plano não há contribuições da patrocinadora e dos participantes.

No período findo em 30 de junho de 2015, as despesas de patrocínio dos planos foram de R\$262 (R\$228 em 30 de junho de 2014).

### • Prêmio aposentadoria

A Companhia em Acordo Coletivo de Trabalho concedeu aos seus colaboradores, um prêmio aposentadoria a ser pago quando do requerimento das aposentadorias do Instituto Nacional da Seguridade Social (INSS).

O referido Prêmio varia de 1,5 a 15 salários base, em razão do tempo de serviço prestado (mínimo de 6 anos e teto de 25 anos), quando do direito do benefício - aposentadoria requerida.

No período findo em 30 de junho de 2015, as despesas com o prêmio de aposentadoria foi de R\$151 (R\$164 em 30 de junho de 2014), conforme segue:

### • Plano de saúde

A Companhia tem política própria de reembolso de despesas médicas a seus funcionários a razão de 60% do custo efetivo. O desligamento e ou aposentadoria dos empregados automaticamente cessa esse benefício.

No período findo em 30 de junho de 2015 as despesas com esse benefício foram de R\$463 (R\$356 em 30 de junho de 2014).



## 27 Compromissos

A Companhia possui compromissos relacionados a contratos de longo prazo com a compra de energia, como segue:

| Contrato de compra de energia - R\$ MIL |        |         |         |         |         |           |
|---|--------|---------|---------|---------|---------|-----------|
| Vigência                                | 2015   | 2016    | 2017    | 2018    | 2019    | Após 2019 |
| 2015 a 2048                             | 88.145 | 192.673 | 193.473 | 199.123 | 213.924 | 2.944.975 |

Os valores relativos aos contratos de compra de energia, com vigência de 8 a 30 anos, representam o volume contratado pelo preço corrente no final de dezembro de 2014, e foram homologados pela ANEEL.

- Não estão incluídos os valores referentes à Quota do Proinfa e de Itaipu.

## 28 Concessão do serviço público de distribuição de energia elétrica

A Companhia assinou em 18 de junho de 1999 com a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL o contrato de concessão de distribuição de energia elétrica, com o prazo de concessão até 07 de julho de 2015. Vide detalhes sobre a renovação da concessão na nota explicativa nº 1.

## 29 Informações adicionais ao fluxo de caixa

Em 30 de junho de 2015 e 31 de dezembro de 2014, as movimentações patrimoniais que não afetaram o fluxo de caixa da Companhia, são como seguem:

|   | 30/06/2015 | 31/12/2014 |
|---|------------|------------|
| <b>Atividades operacionais</b>                  |            |            |
| Contas a receber da concessão                   | 10.619     | 35.984     |
| Atualização contas a receber da concessão - VNR | 9.742      | 7.638      |
| Fornecedores                                    | 5.406      | 8.492      |
| Dividendos a pagar                              | 14.396     | -          |
| <b>Atividades de investimentos</b>              |            |            |
| Intangível                                      | 7.518      | 2.342      |
| <b>Atividades de financiamento</b>              |            |            |
| Empréstimos e financiamentos                    | 2.112      | 6.150      |
| Adiantamento para futuro aumento de capital     | 14.396     | -          |

## 30 Evento subsequente

Foram aprovadas as seguintes contratações de empréstimos, que serão ratificadas na reunião do Conselho de Administração em 14 de agosto de 2015:

. Cédula de Crédito Bancário no montante de R\$15.000 a ser celebrada com o Banco Itaú Unibanco S/A, com vencimento em 28 de agosto de 2015 e taxa de remuneração equivalente ao CDI + 2,90% a.a.

. Contratação de empréstimo nos termos da Lei nº 4.131 de 03 de setembro de 1962, celebrado com o Banco ABC Brasil, no montante de R\$10.000, com vencimento em 05 de julho de 2016, com taxa de juros anual equivalente a 3,28% a.a.



## Relatório sobre a revisão de informações trimestrais

---

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da  
Energisa Minas Gerais - Distribuidora de Energia S.A.  
Cataguases - MG

### Introdução

Revisamos as informações financeiras intermediárias da Energisa Minas Gerais - Distribuidora de Energia S.A. ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referentes ao trimestre findo em 30 de junho de 2015, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente para os períodos de três e seis meses findos naquela data, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração dessas informações financeiras intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21(R1) - Demonstração Intermediária e de acordo com a norma internacional *IAS 34 - "Interim Financial Reporting"*, emitida pelo "*International Accounting Standards Board - IASB*", assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações financeiras intermediárias com base em nossa revisão.

### Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBCTR2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e *ISRE2410 - "Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity"*, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

### Conclusão sobre as informações financeiras intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações financeiras intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) e o *IAS 34*, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

### Ênfase

#### *Continuidade operacional da Companhia*

Conforme mencionado na nota explicativa nº 1 às informações financeiras intermediárias, a concessão para exploração das atividades da Companhia expirou em 7 de julho de 2015. A Companhia protocolou pedido de prorrogação do prazo da concessão em 15 de outubro de 2012 junto a Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL"). Até o presente momento, o pedido de prorrogação está sob análise, cabendo ao Poder Concedente a decisão final sobre a aprovação. Esta situação indica a existência de incerteza que pode levantar dúvida significativa quanto a capacidade de continuidade normal das operações da Companhia, pois a prorrogação do contrato de concessão depende da decisão final pelo Poder Concedente. As informações financeiras intermediárias foram preparadas com base no pressuposto de continuidade das operações, a qual contempla a realização de ativos e o pagamento de obrigações e compromissos no curso normal de suas atividades. Nossa conclusão não contém modificação relacionada a esse assunto.

**Outros assuntos***Demonstrações do valor adicionado*

Revisamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2015, preparada sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM - Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR, e como informação suplementar pelas IFRSs que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foi elaborada, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações financeiras intermediárias tomadas em conjunto.

Rio de Janeiro, 14 de agosto de 2015

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU  
Auditores Independentes  
CRC 2SP 011.609/O-8 "F" RJ

Antônio Carlos Brandão de Sousa  
Contador  
CRC 1RJ 065.976/O-4

*Para esclarecimentos e informações adicionais, não hesite em nos contatar:*

- ✓ **Maurício Perez Botelho**  
Diretor de Relações com Investidores  
E-mail: [mbotelho@energisa.com.br](mailto:mbotelho@energisa.com.br)
- ✓ **Cláudio Brandão Silveira**  
Diretor de Finanças Corporativas  
E-mail: [claudiobrandao@energisa.com.br](mailto:claudiobrandao@energisa.com.br)
- ✓ **Carlos Aurélio Martins Pimentel**  
Gerente de Relações com Investidores  
E-mail: [caurelio@energisa.com.br](mailto:caurelio@energisa.com.br)
- ✓ **No Rio de Janeiro (RJ): Av. Pasteur, 110 / 5º e 6º andares**  
Tel.: (21) 2122-6900 / 6902  
Fax: (21) 2122-6980 / 6931
- ✓ **Em Cataguases (MG): Praça Rui Barbosa, 80**  
Tel.: (32) 3429-6226 / 6000  
Fax: (32) 3429-6317 / 6480
- ✓ **Internet: [www.energisa.com.br](http://www.energisa.com.br)**  
E-mail: [stockinfo@energisa.com.br](mailto:stockinfo@energisa.com.br)